



Safra

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco Safra S.A. ("Safra") relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos do Banco Safra totalizaram R\$ 265,5 bilhões em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido atingiu R\$ 18,4 bilhões e o índice de Basileia foi de 12,8%, o que demonstra um sólido apoio à realização de seus negócios. Foi aprovado em AGE de novembro de 2022 um aporte total de

capital de R\$ 7,4 bilhões, que aguarda aprovação pelo Banco Central do Brasil. O índice de Basileia, que será impactado após aprovação regulatória desta capitalização, seria de 14,9% se considerarmos o capital integralizado até 11 de janeiro de 2023, no montante de R\$ 3,7 bilhões. Os objetivos do aumento de capital são basicamente melhorar os índices de capital principal, aproximando o Banco Safra de seus concorrentes no segmento S1 e S2, financiar o crescimento inorgânico através de aquisições, como a compra do Conglomerado Financeiro Alfa, cujo contrato para aquisição foi celebrado em 23 de novembro de 2022 e a consumação da operação encontra-se pendente de aprovações regulatórias e fornecer capital para uso no crescimento orgânico da carteira de crédito do Banco Safra. No ano de 2022 o lucro líquido foi de R\$ 2,2 bilhões, resultando em uma rentabilidade média anualizada de 14,1%. A carteira de crédito expandida, que inclui as operações de avais, fianças e outros instrumentos com risco de crédito, totalizou R\$ 143,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022 e as aplicações interfinanceiras de liquidez, reservas no Banco Central, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações vinculadas a captações no mercado aberto – títulos públicos e títulos e valores mobiliários totalizaram R\$ 114,6 bilhões. No âmbito da cap-

tação, a instituição manteve o foco na estabilidade dos recursos captados de clientes, seja por meio do alongamento das operações, seja por meio da sólida expansão de sua base de clientes, composta tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas, as quais contam com uma plataforma de captação dedicada especialmente ao seu atendimento, atingindo ao final do período o montante de R\$ 206,5 bilhões em passivos financeiros.

RECURSOS HUMANOS

A remuneração do pessoal, somada aos seus encargos e benefícios, e desconsideradas as despesas com desligamento e adicionais de folha, totalizou R\$ 2,9 bilhões no ano de 2022. As despesas com benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes totalizaram R\$ 265 milhões no mesmo período. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Safra S.A. e suas Controladas estão disponíveis no site do Banco (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN.

Diretoria
São Paulo, 6 de fevereiro de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 17(d)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	Acumulado
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO		1.064.740	2.205.662	2.150.463
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		52.936	34.791	(59.247)
Variação líquida nos ganhos / (perdas) não realizados		-	-	-
Variação no período ao valor justo		123	(31.562)	(199.952)
Efeito fiscal		628	29.014	179.063
Ganhos realizados transferidos ao resultado do período		52.813	66.353	140.705
Prejuízo/(Lucro) na venda de títulos	11(b-l)	101.681	127.349	267.775
Efeito fiscal		(48.868)	(60.996)	(126.228)
Coligadas e controladas		-	-	(842)
RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO DOS PERÍODOS ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA CONTROLADOR		1.117.676	2.240.453	2.091.216
Resultado abrangente básico e diluído atribuído à participação do acionista controlador por ações, em R\$		73.05	146,43	136,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 17

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		Total
				Acumulado	Acumulado	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	11.795.555	1.862.767	19.589	-	-	13.677.911
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(59.247)	-	-	(59.247)
Lucro líquido no período	-	-	-	2.150.463	-	2.150.463
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	107.523	-	-	(107.523)	-
Reserva especial	-	1.399.420	-	-	(1.399.420)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(653.520)	(653.520)
Dividendos	-	(50.000)	-	-	(50.000)	(50.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	11.795.555	3.309.710	(39.658)	-	-	15.065.607
Aumento de capital	2.073.250	-	-	-	-	2.073.250
Capital Aprovado	7.400.580	-	-	-	-	7.400.580
Capital a Integralizar	(5.327.330)	-	-	-	-	(5.327.330)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	34.791	-	-	34.791
Lucro líquido no período	-	-	-	2.205.662	-	2.205.662
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	110.284	-	-	(110.284)	-
Reserva especial	-	1.071.604	-	-	(1.071.604)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.023.774)	(1.023.774)
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022	13.868.805	4.491.598	(4.867)	-	-	18.355.536
SALDOS EM 1º DE DEZEMBRO DE 2022	11.795.555	3.963.486	(57.802)	-	-	15.701.239
Aumento de capital	2.073.250	-	-	-	-	2.073.250
Capital Aprovado	7.400.580	-	-	-	-	7.400.580
Capital a Integralizar	(5.327.330)	-	-	-	-	(5.327.330)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	52.935	-	-	52.935
Lucro líquido no período	-	-	-	1.064.740	-	1.064.740
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	53.238	-	-	(53.238)	-
Reserva especial	-	474.874	-	-	(474.874)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(536.628)	(536.628)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13.868.805	4.491.598	(4.867)	-	-	18.355.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.344.457	1.632.345	2.106.977
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		684.713	1.829.431	2.770.945
Resultado operacional antes da tributação		684.713	1.829.431	2.770.945
Lucro líquido		1.064.740	2.205.662	2.150.463
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	14(a-l)	(380.028)	(376.231)	62.482
Ajustes ao lucro operacional:		659.744	(197.086)	(663.968)
Depreciações, amortizações e Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados		111.801	230.339	244.406
Provisão para risco de crédito	8(a-ll)	1.120.488	1.393.384	322.404
Resultado de participação em controladas e coligadas	15	(961.435)	(1.565.988)	(530.861)
Provisões para contingências	13(c)	51.591	(17.080)	140.988
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	7(d)	157.182	(785.287)	(1.540.375)
Despesas financeiras sobre recursos de financiamentos		319.332	674.101	375.349
Provisão para pagamentos a efetuar	12(b)	(139.215)	(146.555)	324.034
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		84.398	3.485.973	(3.869.717)
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(15.174.484)	(34.124.798)	(747.587)
Em ativos financeiros		(6.463.034)	(24.073.000)	26.279.393
Em ativos vinculados - Aplicações e captações no mercado aberto - Títulos públicos (ativos/passivos)		(492.805)	(125.399)	(304.981)
Em instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(693.006)	27.559	911.583
Em carteira de crédito		(7.524.147)	(9.868.607)	(29.231.575)
Em outros ativos e passivos financeiros		(1.492)	(85.351)	1.597.993
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS		15.289.853	37.717.782	(3.172.354)
Recursos captados, Reservas no Banco Central		16.324.938	37.412.588	(2.759.193)
Obrigações por empréstimos e repasses		(1.035.085)	305.194	(413.161)
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		65.537	63.581	190.172
IMPOSTOS PAGOS		(96.508)	(170.592)	(139.948)
Corrente		(97.048)	(169.737)	(135.344)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais		540	(855)	(4.604)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.428.855	5.118.318	(1.762.740)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		15	286.106	785.954
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	15	(53.612)	(53.612)	(69.997)
(Aquisição) de investimentos	15	(6.408)	(6.408)	-
Aumento/redução de capital em controladas e coligadas	15	(98.698)	(229.668)	(220.881)
(Aquisição) de imobilizado de uso		6.897	10.844	2.877
Alienação de imobilizado de uso		(65.495)	(129.846)	(58.726)
(Aquisição) no intangível		-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		68.790	377.264	635.891
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(137.132)	(28.537)	(1.943.368)
Recursos de Financiamento - TERCEIROS		(45.710)	132.573	897.331
Captações		(473.448)	(473.448)	174.766
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		427.738	606.021	722.565
Resgates - Dívida subordinada		(91.422)	(161.110)	(2.840.699)
RECURSOS PRÓPRIOS	17	1.644.966	1.644.966	(276.184)
Aumento de capital		2.073.250	2.073.250	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos		(428.282)	(428.282)	(276.184)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		1.507.836	1.616.431	(2.219.552)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.005.481	7.112.013	(3.346.401)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		7.960.495	3.878.892	6.629.274
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		5.513	(19.416)	396.019
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		10.971.489	10.971.489	3.878.892
Disponibilidades		1.740.960	1.740.960	1.663.258
No país		180.681	180.681	199.664
No exterior		1.560.279	1.560.279	1.463.594
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações no mercado aberto - Posição bancada		9.230.529	9.230.529	9.215.634
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada - Tesouro Nacional		2.594.706	2.594.706	3.95.968
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.393.384	2.393.384	778.742
Aplicações em moedas estrangeiras		4.242.439	4.242.439	1.040.924
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		3.005.481	7.112.013	(3.346.401)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	31.10.2022		31.12.2022	
	Banco J. Safra antes cisão	Acervo cisão para Safra CFI	Acervo cisão para Banco Safra J. Safra Pós cisão	Banco J. Safra Pós cisão
Títulos e valores mobiliários	979.994	(56.309)	(32.558)	891.126
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.901.501	(8.377.494)	(660.848)	863.159
Instrumentos financeiros derivativos	43.642	-	(43.642)	-
Carteira de crédito	28.522.973	(22.658.177)	(4.480.606)	1.384.191
Ativos fiscais e contingentes	1.001.322	(371.664)	(85.150)	544.508
Outros ativos	104.348	(6.494)	16	97.870
Investimentos	39.366	-	-	39.366
Ativos imobilizado e intangível	26.458	-	-	26.458
TOTAL DO ATIVO	40.619.604	(31.470.138)	(5.302.788)	3.846.678
		31.10.2022		
	Banco J. Safra antes cisão	Acervo cisão para Safra CFI	Acervo cisão para Banco Safra J. Safra Pós cisão	Banco J. Safra Pós cisão
Recursos captados	38.680.984	(31.143.006)	(5.233.133)	2.304.844
Obrigações por empréstimos e repasses	50.368	-	-	50.368
Instrumentos financeiros derivativos	39.581	-	(39.581)	-
Passivos fiscais e contingências	628.973	(134.769)	5.174	499.378
Outros passivos	375.229	(192.264)	(35.247)	147.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	844.470	(99)	(1)	844.370
Capital social	493.937	(7.367)	(1)	486.569
Reservas de lucros	357.801	-	-	357.801
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(7.268)	7.268	-	-
TOTAL DO PASSIVO	40.619.604	(31.470.138)	(5.302.788)	3.846.678

Em 30 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de seus ativos e passivos pelo Banco Safra S.A., apurado por meio dos livros contábeis na data base de 31 de março de 2021. Os ativos incorporados totalizam R\$ 7.114.464, sendo representados por aplicação interfinanceira de liquidez de R\$ 340, R\$ 7.160.205 de carteira de crédito, R\$ (83.782) de provisão para risco de crédito - Nota 8(a-ll) e crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito no montante de R\$ 37.702 - Nota 14(b-ll), com respectivos passivos representados por Depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 7.113.464 - Nota 9. A operação não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação está em processo de homologação no Banco Central do Brasil. **c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura** - I. Resolução CMN nº 4.966 (IFRS 9): Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de contratos de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidência de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. II. Resolução CMN nº 4.975 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 - Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. III. Instrução Normativa BCB nº 319: Revoga a Carta Circular nº 3.429, desobrigando o reconhecimento de passivo relativo a obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre constitucionalidade. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2023. O Banco Safra não espera impactos para as demonstrações contábeis em função de tal alteração. **d) Base de consolidação** - Os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. Estão consolidados os Fundos de Investimentos Excluídos, sendo que os títulos e aplicações pertencentes às carteiras desses fundos estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. As entidades sediadas no exterior, representadas basicamente pelas agências de Cayman e Luxemburgo, figuram de forma consolidada nas demonstrações contábeis. Os saldos consolidados dessas entidades, excluídos os montantes das transações entre elas, foram convertidos à taxa de câmbio vigente na data-base correspondente e estão apresentados abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Total em 31.12.2022	30.951.225	30.025.098	926.127	284.724
Total em 31.12.2021	29.611.439	28.741.923	869.516	66.511

</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

(continuação)

global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. III. Valor justo - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O processo de apreamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. O Safra ajusta os ajustes de marcação a mercado referentes ao apreamento do componente risco de crédito e custo de liquidação de posições. Os ajustes apurados são reconhecidos nas demonstrações contábeis. IV. Baixa de instrumentos financeiros. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem reitos substancialmente os riscos e benefícios, o Safra avalia o controle do instrumento, a fim de determinar sua manutenção ou não no ativo. Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com cobrigação não são baixados porque o Safra retém substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos no caso de default do devedor original das operações de crédito. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. c) Carteira de crédito expandida e provisão para risco de crédito - A carteira de crédito expandida engloba as operações de crédito, e demais operações que apresentem risco de crédito similar a uma operação de crédito, tais como outros instrumentos de risco de crédito emitidos por empresas - Nota 3(b)-i), avais, fianças, variação cambial das operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas por rata temporis até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações de crédito classificadas como nível "H" são baixadas do ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser contadas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referentes a operações de créditos baixados do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas a sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão desses Bens Não de Uso é apresentado no balanço patrimonial líquido do seu ativo correspondente. As despesas de provisão e receitas reconhecidas por ocasião da venda dos Bens Não de Uso (regime de caixa) são registradas na rubrica "Resultado com risco de crédito" na Demonstração do Resultado. Para a constituição da provisão para risco de crédito, o Safra considera todas as operações classificadas no conceito de carteira de crédito expandida. A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. No ano de 2020, em função da pandemia do Covid-19, foi emitida a Resolução CMN nº 4.855/2020 com o objetivo de regulamentar a constituição de provisão cujos créditos foram conciliados com compartilhamento de risco com a União e suas respectivas instituições participantes, tais como o BNDES. Segundo a norma, para a constituição da provisão para fazer face à perda provável das operações cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, as instituições financeiras devem aplicar os percentuais definidos no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.682/1999 somente sobre a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela própria instituição. Além disso, o Safra não considera somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. d) Investimentos - Os investimentos em empresas controladas e em empresas coligadas em que haja influência significativa ou a participação seja igual ou superior a 20% do capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são representados basicamente por ações e cotas de empresas em que o Banco, direta ou indiretamente, não exerce influência significativa ou não possui mais de 20% do capital votante, e que por isso são mantidos ao valor de custo, ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). Os dividendos recebidos destes investimentos são reconhecidos no resultado. e) Ativos imobilizados e intangível - Imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis com substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São reconhecidos pelo valor de custo, líquidos das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). São depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: imóveis de uso e instalações em imóveis próprios - 4%; sistemas de comunicação e segurança, aeronaves, móveis, equipamentos e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. f) Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros - A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração do Banco Safra não tem conhecimento de quaisquer ajustes relativos que possam afetar a categoria de ativos não financeiros em 31.12.2022 e 31.12.2021. g) Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Circular CIRC BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: (i) Ativos contingentes: representados por devedores por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito é de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Esses créditos possíveis também devem ser divulgados. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão para a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. h) Benefícios a empregados - Reconhecidos e evidenciados conforme disposto o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, reconhecidos através da Resolução CMN nº 4.877/2020, são categorizados em: I. Benefícios de curto prazo e longo prazo - Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. O Safra não possui benefícios de longo prazo relativos a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, o Safra não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave e empregados. II. Benefícios rescisórios - Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Safra disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros - O Safra reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. O Safra reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. i) Tributos - Calculados às alquotas abaixo demonstradas, considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda ⁽¹⁾	Contribuição Social ⁽²⁾	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	Até 5%
Outros não financeiros	25%	9%	0,65%(3) - 1,65%	4%(3) - 7,6%	Até 5%

(1) Inclui alíquota adicional de 10%. (2) A Medida Provisória 1.115/2022 altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras de 15% para 16%, sendo que estas alíquotas serão aplicadas no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. (3) Aplicável sobre receitas financeiras. Os tributos são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os tributos diferidos de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. j) Lucro por ação - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas do Safra pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pelo Safra e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. k) Patrimônio líquido - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio - A distribuição de dividendos aos acionistas do Safra é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisório.

III. Por característica

	31.12.2022					31.12.2021				
	Carteira Própria	Vinculados - Operações compromissadas com e sem livre movimentação	Prestação de garantias ⁽¹⁾	Banco Central ⁽²⁾	Total	Classificação contábil: Designados ao valor justo - Nota 10	Em outros resultados abrangentes	Total		
Carteira de Títulos	14.871.722	3.809.838	1.396.849	20.661.904	17.363.523	3.048.615	249.766	20.834.420		
Títulos Públicos	13.587.917	3.769.376	1.396.849	18.764.142	17.011.592	1.752.555	249.766	17.750.851		
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	609.840	4.462	-	614.302	77.786	-	-	2.348.527		
Títulos Privados Emitidos por Empresas	274.165	-	-	274.165	274.165	-	-	735.042		
Ajustes Prudenciais - Nota 7(d-II)	(8.444)	-	-	(8.444)	-	-	-	(23.336)		
Carteira de TVM em 31.12.2022	14.473.278	3.809.838	1.396.849	20.653.460	17.363.523	3.048.615	241.322	20.811.084		
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto - Tit. públicos - Nota 6(b)	-	-	-	17.954.386	17.461.425	492.961	-	32.242.562		
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 8	14.602.040	3.258.495	-	17.860.535	-	3.666.255	14.194.280	9.504.221		
Eurobonds	575.509	1.434.598	-	2.010.107	-	2.010.107	-	1.352.563		
Debêntures	1.336.766	1.823.897	-	3.160.663	-	284.101	2.876.562	3.603.984		
Notas promissórias	3.795.728	-	-	3.795.728	-	-	3.795.728	1.262.413		
Cédula de produto rural e outros	8.894.037	-	-	8.894.037	-	1.372.047	7.521.990	3.285.261		
Total em 31.12.2022	29.075.838	22.186.376	3.809.838	56.468.381	34.824.948	7.207.831	14.435.602	62.557.867		
Total em 31.12.2021	29.470.644	34.555.396	3.529.859	62.557.867	48.684.653	4.427.597	9.445.617	62.557.867		
Carteira de Títulos	16.302.593	3.529.859	1.001.968	20.834.420	16.442.091	1.587.818	2.804.511	20.811.084		
Títulos Públicos	13.254.939	3.493.944	1.001.968	17.750.851	17.011.592	1.752.555	2.804.511	17.750.851		
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	2.312.612	35.915	-	2.348.527	753.579	1.337.627	257.921	3.603.984		
Títulos Privados Emitidos por Empresas	735.042	-	-	735.042	-	-	-	735.042		
Ajustes Prudenciais - Nota 7(d-II)	(23.336)	-	-	(23.336)	-	-	-	(23.336)		
Carteira de TVM em 31.12.2021	16.279.257	3.529.859	1.001.968	20.811.084	16.442.091	1.587.818	2.781.175	20.811.084		
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto - Tit. públicos - Nota 6(b)	-	-	-	32.242.562	32.242.562	-	-	32.242.562		
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 8	7.191.387	2.312.834	-	9.504.221	-	2.839.779	6.664.442	9.504.221		
Eurobonds	963.408	389.155	-	1.352.563	-	1.352.563	-	1.352.563		
Debêntures	1.680.305	1.923.679	-	3.603.984	-	1.199.594	2.404.390	3.603.984		
Notas promissórias	1.262.413	-	-	1.262.413	-	97.768	1.164.645	1.262.413		
Cédula de produto rural e outros	3.825.261	-	-	3.825.261	-	189.854	3.095.407	3.825.261		

(1) Refere-se a garantia de operações de instrumentos financeiros derivativos realizados em bolsa no valor de R\$ 2.723.604 (R\$ 3.334.126 em 31.12.2021), realizados em câmara de liquidação e custódia no valor de R\$ 987.387 (R\$ 106.929 em 31.12.2021) e recursos trabalhistas no valor de R\$ 98.847 (R\$ 88.803 em 31.12.2021) - Nota 13(c). (2) Representado por operações vinculadas aos recursos captados em depósitos de poupança.

6. ATIVOS FINANCEIROS VINCULADOS - a) Reservas no Banco Central e Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31.12.2022					31.12.2021				
	Valores por prazos de vencimentos					Total				
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total			
Reservas no Banco Central ⁽¹⁾	12.353.217	-	-	-	-	-	12.353.217	11.173.492		
Remunerados ⁽²⁾	12.103.702	-	-	-	-	-	12.103.702	10.318.446		
Não remunerados	3.643	-	-	-	-	-	3.643	683.506		
Exterior	245.872	-	-	-	-	-	245.872	171.540		
Aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽³⁾	138.591	553.938	2.184	-	-	-	694.713	615.984		
Total em 31.12.2022	12.491.808	553.938	2.184	-	-	-	13.047.930	11.789.476		
Total em 31.12.2021	11.606.570	168.522	12.253	2.131	-	-	11.789.476	11.789.476		
Reservas no Banco Central ⁽¹⁾	11.173.492	-	-	-	-	-	11.173.492	-		
Aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽³⁾	433.078	168.522	12.253	2.131	-	-	615.984	-		

(1) Operações representadas por recolhimentos compulsórios e classificadas no Ativo Circulante. (2) O resultado no montante de R\$ 714.694 no segundo semestre, R\$ 1.248.187 (R\$ 406.123 em 2021) está apresentado em Resultado com ativos financeiros e ativos financeiros vinculados - Nota 11(b). (3) Referem-se a operações vinculadas a garantias, basicamente crédito rural e crédito imobiliário.

b) Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto

	31.12.2022					31.12.2021				
	Valores por prazos de vencimentos					Total				
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total			
Carteira própria - Vinculados a compromissos de recompra - Nota 5(b-III) ⁽¹⁾	9.869.815	4.348.330	546.723	422.949	423.660	2.342.909	17.954.386	32.242.562		
Sem livre movimentação	9.869.815	4.099.090	546.723	21.737	423.660	1.318.433	16.279.458	29.848.345		
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.747.076	546.723	21.737	-	4.315.536	15.073.132	-		
Letras do Tesouro Nacional	9.869.815	-	-	-	-	-	9.869.815	11.339.783		
Notas do Tesouro Nacional - Nota 10	-	352.014	-	-	423.660	825.471	1.601.145	3.075.430		
Título Público Exterior - Bonds	-	-	-	-	-	492.962	492.962	-		
Com livre movimentação	-	249.240	-	401.212	-	-	1.024.476	1.674.928	2.394.217	
Carteira de terceiros - Aplicações no mercado aberto - Tesouro Nacional	3.397.600	61.969	-	-	-	-	3.459.569	227.269		
Posição financiada	1.277.642	61.969	-	-	-	-	1.339.611	51.925		
Posição vendida	2.119.958	-	-	-	-	-	2.119.958	175.344		
Total em 31.12.2022	13.267.415	4.410.299	546.723	422.949	423.660	2.342.909	21.413.955	32.469.831		
Total em 31.12.2021	3.407.830	978.224	14.320.761	12.487.770	1.141.279	-	133.967	32.469.831		

(1) Inclui o ajuste ao valor justo no valor de R\$ (41.462) (R\$ (385.612) em 31.12.2021) - Nota 7(d-II).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - A utilização de instrumentos financeiros derivativos no Conglomerado, tem por objetivos principais: a) proporcionar aos seus clientes produtos estruturados de renda fixa e produtos que possibilitem a proteção de seus ativos e passivos contra eventuais riscos provenientes, substancialmente, de oscilações de moedas e de taxas de juros; e b) neutralizar os riscos assumidos pelo Safra das seguintes operações: - operações de crédito e captações contratadas com taxas pré-fixadas e outras captações - Notas 8 e 9; e - investimentos no exterior - em conjunto com as operações de interbancário para liquidação futura, os derivativos em moeda estrangeira são contratados de forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior. As posições do Banco Safra e controladas são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (Value at Risk) com intervalos de confiança de 99%, testes de estresse, backtesting e demais recursos técnicos.

nado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normatizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas - A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros após o encerramento do exercício (31 de dezembro de cada ano), após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS - As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Safra. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente ao longo do tempo. Eventuais mudanças na auração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que o Safra julga serem as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliados pelo Safra, com base nas experiências passadas, novas evidências e outros fatores, incluindo expectativas que consideram eventos futuros. a) Per

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

II. Por contraparte ao valor justo

	Ativo		Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Instituições financeiras	2.160.426	1.943.005	(1.980.411)	(1.822.415)
B3	6.360	23.282	-	-
Pessoas jurídicas	1.000.241	1.460.549	(485.841)	(518.456)
Pessoas físicas	232.400	276.938	(199.671)	(575.035)
Ajustes Prudenciais – Nota 7(d-II)	(1.514)	(2.518)	(4.363)	(7.837)
Total	3.397.913	3.701.256	(2.670.286)	(2.923.743)

b) Composição por valor referencial: I. Por tipo de operação

	31.12.2022						31.12.2021	
	Valores por prazos de vencimentos						Total	Total
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Non Deliverable Forward – NDF	5.002.882	2.954.524	789.064	10.585	12.969	2.069	8.412.093	9.689.992
Comprado	3.002.104	2.168.156	664.322	10.585	12.969	2.069	5.860.205	5.367.286
Vendido	2.000.778	426.368	124.742	-	-	-	2.551.888	4.322.706
Opções	2.206.119	547.650	296.884	180.914	439.834	258.798	3.930.199	73.415.575
Comprado	878.248	145.563	134.302	175.121	439.834	258.798	2.031.866	41.975.825
Acões	243.296	75.284	18.216	968	6.714	-	344.478	1.209.898
Índice DI	-	-	-	-	-	-	-	37.415.000
Índice Bovespa	2.370	21.279	116.086	174.153	299.917	-	613.805	634.349
Moeda estrangeira	632.582	49.000	-	-	133.203	258.798	1.073.583	2.715.979
Vendido	1.327.871	402.087	162.582	5.793	-	-	1.898.333	31.439.750
Acões	347.742	31.816	-	-	-	-	379.558	975.603
Índice DI	68.000	-	155.000	-	-	-	223.000	27.653.300
Índice Bovespa	-	-	720	-	-	-	720	720
Moeda estrangeira	912.129	370.271	6.862	5.793	-	-	1.295.055	2.810.127
Termo	5.866.767	-	-	-	-	-	5.866.767	35.647.690
Comprado – Títulos públicos	51	-	-	-	-	-	51	-
Obrigações por vendas a entregar	5.866.716	-	-	-	-	-	5.866.716	35.647.690
Títulos Públicos – LTN	157.651	-	-	-	-	-	157.651	189.900
Moeda Estrangeira	5.709.065	-	-	-	-	-	5.709.065	35.457.700
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo	19.325.016	42.476.640	17.124.554	9.807.110	13.920.956	4.588.618	107.242.894	83.033.144
Taxa de juros	2.065.278	7.063.739	2.093.190	937.712	2.795.970	1.228.110	15.184.059	13.430.220
Moeda estrangeira	17.087.201	33.497.561	13.034.506	7.460.383	10.302.261	3.305.008	84.686.920	64.259.682
Inflação	10.000	1.250.800	1.530.500	1.379.800	659.900	55.500	4.886.500	4.574.812
Outros	162.537	664.480	466.358	29.215	162.825	-	1.485.415	768.430
Passivo	19.325.016	42.476.640	17.124.554	9.807.110	13.920.956	4.588.618	107.242.894	83.033.144
Taxa de juros	1.441.962	8.919.860	4.185.696	2.002.067	4.266.845	879.379	21.695.800	17.308.201
Moeda estrangeira	17.794.928	33.464.606	12.518.633	7.460.198	7.272.234	1.833.175	80.343.774	61.966.368
Inflação	13.658	92.174	420.225	344.845	2.381.877	1.876.064	5.128.843	3.684.107
Outros	74.468	-	-	-	-	-	74.468	74.468

	31.12.2022						31.12.2021	
	Valores por prazos de vencimentos						Total	Total
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Futuro	77.950.946	156.349.236	25.753.859	5.974.332	2.926.864	1.800.407	270.755.644	265.354.653
Comprado	9.842.906	155.888	9.603.054	165.816	18.945	366.154	20.152.763	36.722.073
Taxa de juros	-	-	-	-	18.945	241.442	260.387	1.897.906
Cupom Cambial	8.834.582	155.888	9.603.054	-	-	-	124.712	18.718.236
Moeda estrangeira	871.667	-	-	-	-	-	871.667	34.798.242
Índice Bovespa	136.657	-	-	-	-	-	136.657	25.925
Inflação	-	-	-	165.816	-	-	165.816	-
Vendido	68.108.040	156.193.348	16.150.805	5.808.516	2.907.919	1.434.253	250.602.881	228.632.580
Taxa de juros	35.740.788	14.436.021	11.285.755	3.548.056	1.138.872	83.285	66.232.777	79.160.617
Cupom Cambial	20.614.223	68.796.806	4.769.499	2.260.460	1.672.041	1.185.913	99.298.942	-
Moeda estrangeira	11.386.322	72.891.876	-	-	-	-	84.278.198	144.633.463
Índice Bovespa	193.319	-	-	-	-	-	193.319	84.229
Inflação	173.388	68.645	95.551	-	97.006	165.055	599.645	4.754.217
Derivativos de crédito – CDS – Risco recebido – Nota 7(c)	-	122.428	966.438	1.233.151	1.650.019	-	3.972.036	4.363.013
Captações estruturadas – Nota 9(a)	23.512.558	140.514.424	9.354.106	2.214.791	2.857.085	350.000	178.802.964	129.339.677
Prêmios de Opções	23.195.903	139.778.500	8.400.015	398.460	1.340.237	-	173.113.115	123.995.279
Comprado	179.903	789.848	336.130	4.470	3.151	-	1.312.502	1.369.874
Acões	78.885	219.878	138.330	1.074	3.151	-	441.118	634.480
Índice DI	101.018	501.133	192.190	1.642	-	-	785.983	603.291
Índice Bovespa	-	30.783	35.610	754	-	-	67.147	93.476
Moeda Estrangeira	-	38.254	-	-	-	-	38.254	38.627
Vendido	23.016.000	138.988.652	8.063.885	394.990	1.337.066	-	171.800.613	122.625.405
Acões	110.712	492.305	490.868	24.037	146.178	-	1.254.100	762.860
Índice Bovespa	3.362	77.037	216.410	370.953	1.188.000	-	1.855.762	1.737.688
Moeda Estrangeira	22.901.926	138.419.310	7.366.607	-	2.908	-	168.690.751	120.124.857
Swap – Ativo/Passivo – Taxa de Juros	316.655	428.398	476.118	441.503	22.300	-	1.684.974	1.577.767
Derivativos de crédito – CDS – Risco transferido – Nota 7(c)	-	307.526	477.973	1.374.828	1.494.548	350.000	4.004.875	3.766.631
Total em 31.12.2022	133.864.288	342.604.902	54.284.905	19.420.883	21.807.727	6.999.892	578.982.597	600.843.744
Total em 31.12.2021	244.954.355	281.405.449	30.360.860	21.542.534	19.452.631	3.127.915	600.843.744	

II. Locais de negociação por contrapartes

	31.12.2022				31.12.2021	
	B3	Instituições Financeiras	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Total Referencial	Total Referencial
Balcão – exterior	276.174.261	14.152.500	188.781.259	11.205.370	490.313.390	529.133.118
Total em 31.12.2022	276.174.261	14.152.500	188.781.259	11.205.370	490.313.390	529.133.118
Total em 31.12.2021	296.518.124	102.471.707	189.131.259	11.205.370	578.982.597	600.843.744

c) Derivativos de crédito - O Banco Safra utiliza instrumentos financeiros derivativos de crédito com o objetivo de oferecer aos seus clientes, por meio de emissão de CD estruturado – Nota 9, oportunidades de diversificação de seus portfólios de investimento e Carteira de títulos – Credit Linked Notes. O Banco Safra detém as seguintes posições em derivativos de crédito, demonstradas pelo seu valor de referência:

	31.12.2022	31.12.2021
Swap de crédito cujos ativos subjacentes - Títulos e Valores Mobiliários - Nota 7(b) (1)	-	-
Riscos Recebidos	3.972.036	4.363.013
Riscos Transferidos	(4.004.875)	(3.766.631)
Total líquido de exposição recebido/(transferido)	(32.839)	596.382
Risco Ativo - Credit Linked Notes - Nota 5(b)	521.768	558.050
Risco Passivo - CD estruturados - Nota 9(a)	(554.607)	38.332

(1) Os riscos transferidos e recebidos referem-se aos mesmos emissores. Não houve efeito relevante no cálculo dos requerimentos mínimos de capital em 31.12.2022, de acordo com a Resolução CMN nº 4.958/2021.

d) Evolução da movimentação do ajuste a valor justo e ajustes prudenciais - I. Evolução da movimentação do ajuste a valor justo

	Movimentação no período		Efeitos		Saldo no início do período	Saldo no final do período
	Saldo no início do período	Variação	Em outros resultados abrangentes - Nota 17(d)			
			No resultado - Nota 11(b-I)	Saldo no final do período		
Títulos para negociação e Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação	(617.275)	(3.426)	448.030	-	(172.671)	(172.671)
Títulos para negociação - Nota 5(b-III)	(622.534)	(3.426)	412.917	-	(213.043)	(213.043)
Carteira de títulos e valores mobiliários - Nota 5(b-I)	(236.922)	(3.426)	69.767	-	(171.581)	(171.581)
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto - Títulos públicos - Nota 6(b)	(385.612)	-	344.150	-	(41.462)	(41.462)
Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação - Nota 9(c)	5.259	-	35.113	-	40.372	40.372
Títulos disponíveis para venda - Carteira de títulos e valores mobiliários - Notas 5(b-I) e 17(d)	(75.621)	-	-	66.773	(8.848)	(8.848)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) - Nota 7(a)	457.165	(26.583)	503.705	-	934.287	934.287
Recursos captados - Captações estruturadas e outros - Nota 9(a)	91.678	-	(28.716)	-	62.962	62.962
Hedge valor justo - Nota 10	(91.927)	6.787	339.140	-	254.000	254.000
Carteira Pré	(256.938)	-	138.307	-	(118.631)	(118.631)
Ativo – Carteira de Crédito – Moeda Estrangeira	-	-	(93.053)	-	(93.053)	(93.053)
Trade Finance	13.131	(2.064)	(74.168)	-	(63.101)	(63.101)
Carteira IPCA	164.172	-	239.568	-	403.740	403.740
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	24.464	(3.741)	(340.056)	-	(319.333)	(319.333)
Títulos e valores mobiliários - Disponível para venda - Nota 5(b-I)	(1.666)	5.502	(134.402)	-	(130.566)	(130.566)
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 8	26.130	(9.243)	(205.654)	-	(188.767)	(188.767)
Passivos financeiros - Nota 9(b)	(36.756)	12.592	468.542	-	444.378	444.378
Recursos captados - Captações estruturadas - CD Estruturado	48.896	240	220.430	-	269.566	269.566
Recursos de financiamento	(85.652)	12.352	248.112	-	174.812	174.812
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(56.622)	5.575	56.405	-	5.358	5.358
Divida subordinada	(29.300)	6.777	191.707	-	169.544	169.544
Ajustes Prudenciais - Risco de liquidez - Nota 7(d-II)	(7.837)	-	3.474	-	(4.363)	(4.363)
Total em 31.12.2022	(243.817)	(23.222)	1.265.633	66.773	1.065.367	1.065.367
Total em 31.12.2021	(337.275)	54.407	150.292	(111.241)	(243.817)	(243.817)
Títulos para negociação e Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação	47.541	9.843	(674.659)	-	(617.275)	(617.275)
Títulos disponíveis para venda - Carteira de títulos e valores mobiliários - Notas 5(b-I) e 17(d)	35.620	-	-	(111.241)	(75.621)	(75.621)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) - Nota 7(a)	152.473	47.643	257.049	-	457.165	457.165
Recursos captados - Captações estruturadas e Outros - Nota 9(a)	13.252	-	78.426	-	91	

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

(continuação)

f) Créditos concedidos com compartilhamento de risco – Resolução CMN nº 4.855/2020

	Carteira		Provisão mínima requerida	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
AA	4.691.525	6.357.168	(8.281)	(11.725)
A	349.949	341.362	(3.300)	(3.221)
B	635.751	815.976	(10.731)	(12.964)
C	234.386	343.558	(11.609)	(17.949)
D	114.897	153.795	(22.268)	(29.830)
E	1.932	17.784	(580)	(5.336)
F	4.572	13.047	(2.300)	(6.656)
G	2.880	290	(2.016)	(203)
H	38.597	26.787	(38.597)	(26.787)
Total	6.074.489	8.069.767	(99.682)	(114.671)

9. PASSIVOS FINANCEIROS E RECURSOS ADMINISTRADOS - a) Por vencimentos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Recursos captados	35.572.736	84.811.201	58.504.827	178.888.764
Depósitos e Captações no mercado aberto – Títulos privados	15.888.157	7.973.198	14.390.685	38.252.040
Depósitos	8.894.150	7.033.172	12.403.131	28.330.453
Depósitos a vista	2.669.224	-	-	2.669.224
Depósitos de poupança	4.105.187	-	-	4.105.187
Depósitos de instituições financeiras ⁽¹⁾	2.119.739	7.033.172	12.403.131	21.556.042
Captações no mercado aberto – Títulos privados – Nota 5(b-II)	6.994.007	940.026	1.987.554	9.921.587
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo	17.836.043	69.218.717	37.189.363	124.244.123
Depósitos a prazo	9.609.369	47.120.898	4.391.504	61.121.771
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares	8.226.674	22.097.819	32.797.859	63.122.352
Letras financeiras	3.885.977	10.963.716	25.944.669	40.794.362
Letras de arrendamento mercantil	-	-	-	12.641.885
Letras de crédito de agronegócio e outros	4.340.697	11.134.103	6.853.190	22.327.990
Captações estruturadas – Nota 7(b-I)	1.848.536	7.619.286	6.924.779	16.392.601
Renda fixa ⁽²⁾	941.591	5.346.961	271.972	6.560.524
Certificado de operações estruturadas	672.229	1.885.074	3.499.530	6.056.833
CD estruturados – Nota 7(c)	234.716	387.251	3.153.277	3.775.244
Hedge ⁽³⁾	218.226	227.045	2.914.241	3.359.512
Demais	16.490	160.206	239.036	415.732
Obrigações por empréstimos e repasses	4.981.691	7.734.070	4.136.404	16.852.165
Empréstimos no exterior ⁽⁴⁾	4.385.203	6.436.071	821.316	11.642.590
Repasses no país	516.677	1.297.999	3.315.088	5.129.764
Tesouro Nacional	83.016	209.731	21.224	313.971
BNDES	218.891	549.817	1.664.132	2.432.840
FINAME	214.770	538.451	1.629.732	2.382.953
Outros empréstimos	79.811	-	-	407.993

	31.12.2022		31.12.2021	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Recursos de financiamento	98.849	2.522.594	8.094.046	10.715.489
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior – US\$ 500.000 – 08.02.2018 – Prê (4,12% a.a.) – Hedge ⁽²⁾⁽⁵⁾	-	1.840.213	-	2.561.008
Divida subordinada – Nota 9(b)	98.849	682.381	8.094.046	8.875.276
Letras financeiras – LF	76.323	682.381	5.237.234	5.995.938
CDI (100% a 119%) + (juros de 0,68% a.a. a 1,97% a.a.)	3.917	262.629	2.946.840	3.213.386
IGPM + (juros de 2,94% a.a. a 3,16% a.a.)	-	-	1.079	989
IPCA + (juros de 3,43% a.a. a 8,82% a.a.) – Hedge ⁽⁵⁾	63.250	367.122	1.615.540	2.045.822
Prê (7,26% a.a. a 17,66% a.a.) – Hedge ⁽⁵⁾	9.156	9.817	673.865	692.838
Selic (109% a 110,5%)	-	42.813	-	42.813
Medium term notes – Nota 10	22.526	-	2.856.812	2.879.338
Perpétua – Nota 18(b)	22.526	-	2.856.812	2.879.338
US\$ 200.000 a 5,80% a.a. – 14.02.2020	7.733	-	978.698	986.431
US\$ 300.000 a 7,52% a.a. – 06.06.2014	8.828	-	1.502.283	1.511.111
US\$ 80.000 a 6,12% a.a. – 06.07.2021	5.965	-	375.831	381.796
Total de passivos financeiros em 31.12.2022	40.653.276	95.067.865	70.735.277	206.456.418
Total de passivos financeiros em 31.12.2021	34.254.124	72.811.700	60.966.639	168.032.463
Recursos captados	30.487.840	63.259.115	46.943.724	140.690.679
Obrigações por empréstimos e repasses	3.689.610	9.349.797	3.342.907	16.467.314
Recursos de financiamento	76.674	117.788	10.800.008	10.874.470

(1) Deste montante, R\$ 320.782 (R\$ 224.247 em 31.12.2021) referem-se a operações vinculadas ao crédito rural. (2) Inclui o custo de transação incorrido no montante de R\$ 99 (R\$1.399 em 31.12.2021) – Nota 3(b-I). (3) Operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos – Opções. (4) Linhas de crédito destinadas para financiamentos de importações e exportações. (5) Divida subordinada – Por características

Títulos	31.12.2022		31.12.2021	
	Homologadas no BACEN	Em processo de homologação no BACEN	Total	Total
2022	-	-	-	170.368
2023	758.679	-	758.679	668.216
2024	515.900	-	515.900	449.983
2025	1.202.426	-	1.202.426	1.086.809
2026	1.191.032	-	1.191.032	1.095.043
2027	347.046	-	347.046	310.550
2028	633.559	-	633.559	590.001
2029	568.470	-	568.470	209.360
2030	200.282	720	200.982	187.048
2031	208.852	4.289	214.141	208.224
2032	309.231	-	309.231	-
2033	46.476	-	46.476	45.391
2036	2.476	-	2.476	2.626
2037	5.520	-	5.520	-
Perpétua	2.879.338	-	2.879.338	3.289.813
Total em 31.12.2022 – Nota 9(a) ⁽¹⁾	8.870.267	5.009	8.875.276	8.313.462
Total em 31.12.2021 – Nota 9(a) ⁽¹⁾	8.308.590	4.872	8.313.462	

(1) O saldo de R\$ 8.870.268 (R\$ 8.308.590 em 31.12.2021), possui o montante de R\$ 8.870.268 com cláusula de extinção (R\$ 8.301.860 em 31.12.2021) e R\$ 6.730 sem cláusula de extinção em 31.12.2021.

c) Captações no mercado aberto

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor justo ⁽¹⁾	MTM objeto hedge – Nota 7(d-I)	Instrumento derivativo de hedge	Valor Referencial
Carteira Prê ⁽²⁾	52.388.924	56.878.904	(443.090)	(751.342)
Ativo – Carteira de Crédito – Nota 8(a)	71.213.787	71.594.305	(1.096.814)	(1.458.153)
Operações de crédito	70.776.434	71.306.693	(1.088.311)	(1.448.739)
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 5(b-III)	437.353	287.622	(8.503)	(9.356)
Ativo financeiro – TVM	1.611.925	-	2.352	-
Passivos financeiros – Nota 9	(20.436.788)	(14.715.401)	651.372	706.811
Recursos captados	(19.743.950)	(14.085.894)	588.152	693.837
Depósitos	(713.791)	(650.107)	11.852	14.808
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(15.885.802)	(10.822.599)	410.023	521.134
Captações estruturadas – Certificado de operações estruturadas	(3.144.357)	(2.613.188)	166.277	157.895
Recursos de financiamento – Divida subordinada	(692.838)	(629.507)	63.220	12.974
Ativo – Carteira de Crédito – Trade finance – Nota 8(a)	592.634	700.770	(63.101)	13.131
Ativo – Carteira de Crédito – Moeda Estrangeira – Nota 8(a)	1.387.658	-	(93.053)	-
Futuros DAP+Swap	-	-	-	(2.043.446)
Carteira IPCA ⁽²⁾⁽³⁾	(3.119.965)	(272.729)	271.996	161.724
Ativo – Carteira de Títulos	6.683.644	6.243.443	(156.451)	(74.090)
Carteira de TVM	25.171	-	(20)	-
Outros instrumentos de risco de crédito – Notas 5 (b-III) e 8(a)	6.658.473	6.243.443	(156.431)	(74.090)
Passivos financeiros – Nota 9	(9.803.609)	(6.516.172)	428.447	235.814
Recursos captados – Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(6.628.416)	(4.777.464)	265.599	176.141
Recursos de financiamento – Divida subordinada	(2.045.822)	(1.738.708)	149.852	59.673
Certificado de Operações Estruturadas	(1.129.371)	-	12.996	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.914.587	2.940.381	(319.333)	24.464
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda – Notas 5(b-I e III)	1.904.480	1.587.818	(130.566)	(1.666)
Carteira de crédito – Outros instrumentos de risco de crédito – Notas 5(b-III) e 8(a)	2.010.107	1.352.563	(188.767)	26.130
Passivos financeiros – Nota 9	(8.079.063)	(9.013.810)	444.378	(36.756)
Recursos captados – Captações estruturadas – CD Estruturado	(3.359.512)	(3.162.989)	269.566	48.896
Recursos de financiamento	(4.719.551)	(5.850.821)	174.812	(85.652)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior – US\$ 500.000 – 08.02.2018	(1.840.213)	(2.561.008)	5.358	(56.622)
Divida subordinada	(2.879.338)	(3.289.813)	169.454	(29.030)
US\$ 300.000 – 06.06.2014	(1.511.111)	(1.714.637)	63.027	(31.045)
US\$ 200.000 – 14.02.2020	(986.431)	(1.130.424)	64.842	(6.053)
US\$ 80.000 – 06.07.2021	(381.796)	(444.752)	41.585	8.068
Total	47.084.775	51.233.516	(202.203)	(588.779)

(1) Inclui o ajuste ao valor justo no valor de (R\$ 40.372) (R\$ 5.259 em 31.12.2021) – Nota 7(d-I). (2) Em 31.12.2022 o saldo de R\$ 18.658.376 possui vencimento até 90 dias (R\$ 32.309.309 em 31.12.2021, com vencimento até 90 dias).

10. HEDGE DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - O objetivo dos relacionamentos de hedge contábil designado pelo Safra é proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes do risco de oscilação da taxa de juros referencial de mercado (CDI ou Libor) ou variação cambial, conforme o caso.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor justo ⁽¹⁾	MTM objeto hedge – Nota 7(d-I)	Instrumento derivativo de hedge	Valor Referencial
Carteira Prê ⁽²⁾	52.388.924	56.878.904	(443.090)	(751.342)
Ativo – Carteira de Crédito – Nota 8(a)	71.213.787	71.594.305	(1.096.814)	(1.458.153)
Operações de crédito	70.776.434	71.306.693	(1.088.311)	(1.448.739)
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 5(b-III)	437.353	287.622	(8.503)	(9.356)
Ativo financeiro – TVM	1.611.925	-	2.352	-
Passivos financeiros – Nota 9	(20.436.788)	(14.715.401)	651.372	706.811
Recursos captados	(19.743.950)	(14.085.894)	588.152	693.837
Depósitos	(713.791)	(650.107)	11.852	14.808
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(15.885.802)	(10.822.599)	410.023	521.134
Captações estruturadas – Certificado de operações estruturadas	(3.144.357)	(2.613.188)	166.277	157.895
Recursos de financiamento – Divida subordinada	(692.838)	(629.507)	63.220	12.974
Ativo – Carteira de Crédito – Trade finance – Nota 8(a)	592.634	700.770	(63.101)	13.131
Ativo – Carteira de Crédito – Moeda Estrangeira – Nota 8(a)	1.387.658	-	(93.053)	-
Futuros DAP+Swap	-	-	-	(2.043.446)
Carteira IPCA ⁽²⁾⁽³⁾	(3.119.965)	(272.729)	271.996	161.724
Ativo – Carteira de Títulos	6.683.644	6.243.443	(156.451)	(74.090)
Carteira de TVM	25.171	-	(20)	-
Outros instrumentos de risco de crédito – Notas 5 (b-III) e 8(a)	6.658.473	6.243.443	(156.431)	(74.090)
Passivos financeiros – Nota 9	(9.803.609)	(6.516.172)	428.447	235.814
Recursos captados – Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(6.628.416)	(4.777.464)	265.599	176.141
Recursos de financiamento – Divida subordinada	(2.045.822)	(1.738.708)	149.852	59.673
Certificado de Operações Estruturadas	(1.129.371)	-	12.996	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.914.587	2.940.381	(319.333)	24.464
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda – Notas 5(b-I e III)	1.904.480	1.587.818	(130.566)	(1.666)
Carteira de crédito – Outros instrumentos de risco de crédito – Notas 5(b-III) e 8(a)	2.010.107	1.352.563	(188.767)	26.130
Passivos financeiros – Nota 9	(8.079.063)	(9.013.810)	444.378	(36.756)
Recursos captados – Captações estruturadas – CD Estruturado	(3.359.512)	(3.162.989)	269.566	48.896
Recursos de financiamento	(4.719.551)	(5.850.821)	174.812	(85.652)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior – US\$ 500.000 – 08.02.2018	(1.840.213)	(2.561.008)	5.358	(56.622)
Divida subordinada	(2.879.338)	(3.289.813)	169.454	(29.030)
US\$ 300.000 – 06.06.2014	(1.511.111)	(1.714.637)		

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

(continuação)

(2) Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Parcela cindida - Nota 2(b)	Saldo no final do período
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	243.964	216.326	178.788	639.078
Atualização de depósitos judiciais	3.232	(621)	-	2.611
Debêntures Incentivadas	13.686	(10.811)	-	2.875
Outras	2.208	(637)	-	1.571
Total em 31.12.2022	263.090	204.257	178.788	646.135
Total em 31.12.2021	5.338	257.752	-	263.990

(3) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência

Exercício de realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	Créditos tributário	
				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas	Tributos diferidos líquidos
2023	1.083.549	-	1.083.549	(320.375)	763.174
2024	1.072.750	152.989	1.225.739	(320.830)	904.909
2025	1.055.380	65.603	1.120.983	(837)	1.120.146
2026	172.508	-	172.508	(1.621)	170.887
2027	392.188	-	392.188	(837)	391.351
2028 a 2033	138.310	-	138.310	(1.635)	136.675
Total	3.914.685	221.010	4.135.695	(646.135)	3.489.560
Valor Presente (1)	3.430.570	196.557	3.627.127	(597.481)	3.029.646

(1) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. O estudo técnico de realização dos Créditos Tributários é reavaliado semestralmente, suportando a totalidade dos valores constituintes. Os cálculos foram elaborados nos termos do Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.842/2020.

15. INVESTIMENTOS

No país:	Part. %	Valor contábil no início do período		Aumento/ (Redução) de Capital	Dividendos	Resultado de Equivalência	Outros eventos	Valor contábil no final do período	Patri-mônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo) no período
		31.12.2022	31.12.2021							
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	100	7.969.500	109.085	(786.331)	1.564.716	53.611	8.399.584	-	-	-
Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	100	457.866	(1.000)	(22)	25.336	-	482.180	487.550	23.246	-
Banco J. Safra S.A. (1)(2)	100	193.439	-	(13.100)	40.235	-	220.574	220.574	40.235	-
Safra Crédito Financiamento e Investimento S/A (1)	100	793.882	(6.368)	(447.700)	471.686	7.268	818.768	893.737	299.770	-
Sercom Comércio e Serviços Ltda. (2)	100	5.751.675	-	-	781.162	-	6.532.837	6.547.495	774.060	-
Elonga Administração e Representações Ltda. (2)	100	190.781	-	-	68.096	-	258.877	348.347	64.913	-
Safra Vida e Previdência S.A. (1)(3)	100	383.339	-	(225.156)	238.040	-	396.223	397.145	238.312	-
Safra Seguros Gerais S.A. (1)(3)	100	196.432	-	(99.997)	92.122	-	188.557	207.592	91.920	-
SafraPay Credenciadora Ltda.	100	1.086	2.100	-	(124)	-	3.062	3.062	(124)	-
Canárias Lcredora Soc Unip Ltda (4)	100	-	-	-	3.339	53.611	56.950	56.951	3.339	-
No exterior: Banco Safra (Cayman Islands) Limited.	100	163.801	(102.680)	-	1.272	(12.323)	50.070	50.070	(11.051)	-
Saldo de 01.01 a 31.12.2022		8.132.301	6.408	(786.331)	1.565.988	41.288	8.959.654	-	-	-
Saldo de 01.01 a 31.12.2021		8.426.377	147.146	(982.774)	530.861	10.331	8.132.301	-	-	-

(1) Inclui o efeito líquido das operações designadas a hedge contábil pela controladora, no saldo do valor contábil do investimento R\$ (182.041) e no resultado de equivalência R\$ 40.004 - Notas 10 e 11(b)-(i). Incluem os ajustes de critérios nos investimentos das suas controladas em função do reconhecimento de provisões e comissões. (2) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.11.2022 foi aprovada cisão parcial no Banco J Safra S.A. e posterior incorporação dos ativos e passivos na Safra Crédito Financiamento e Investimentos S.A. e no Banco Safra S.A., ocasionando uma redução de capital do Banco J Safra S.A. no montante de R\$ 7.368 e consequente aumento de capital na Safra Crédito Financiamento e Investimento S/A no montante de R\$ 7.367 em decorrência do evento. (3) Investimento adquirido pelo valor do Patrimônio Líquido de Jun/22, conforme contrato de compra e venda assinado em 13.07.2022 com empresa não financeira do grupo.

16. ATIVOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Ativos imobilizados	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo	Acumulada Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática e processamento de dados	1.184.732	(654.209)	530.523	977.598
Instalações, móveis e equipamentos de uso	752.571	(523.610)	228.961	318.786
Outros	337.359	(106.105)	231.254	596.297
Ativos intangíveis	94.802	(24.494)	70.308	62.815
Software	660.247	(303.219)	357.028	530.402
Direitos relativos a carteira de clientes/Exclusividade	628.941	(288.802)	340.139	500.677
Total (1)	3.106	(14.417)	16.889	29.725
	1.844.979	(957.428)	887.551	1.508.000

(1) Ativos imobilizado e intangível em curso totalizam R\$ 207.987 (R\$ 161.807 em 31.12.2021) sendo R\$ 31.441 (R\$ 47.999 em 31.12.2021) em imobilizados em curso e R\$ 176.546 (R\$ 113.808 em 31.12.2021) em intangíveis em curso.

17. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Ações** - Em 31.12.2022, o capital social do Banco Safra S.A. está representado por 15.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 4.284 ações ordinárias classe "A", 4.284 ações ordinárias classe "J" e 2.448 ações ordinárias classe "E". Em 31.12.2021, o capital era representado por 15.300 ações, segregadas em 7.650 em ações preferenciais e 7.650 ações ordinárias, compostas pelas classes "A", "D" e "J" com 2.142 ações cada e classe "E" com 1.224 ações. O controle societário do Banco Safra S.A. é exercido em conjunto por Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, Alberto Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2022, foram aprovados: a) a conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas emitidas pela Sociedade em ações ordinárias nominativas de classes "A", "D", "J" e "E", à proporção de uma ação ordinária da classe correspondente de seu titular para cada ação preferencial convertida; e b) o aumento do capital no montante de R\$ 7.400.579 mediante a emissão de 5.581 novas ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1.326.031,00 por ação - Nota 19. O aumento de capital foi totalmente subscrito pelos acionistas, sendo que (i) R\$ 2.073.249 foram integralizados em 29.12.2022; (ii) R\$ 1.627.040, relativos ao exercício do direito de subscrição de sobras, foram integralizados em 11.01.2023; e (iii) os R\$ 3.700.290 restantes, serão integralizados no prazo de 30 dias a contar da aprovação pelo Banco Central do Brasil. Após encerramento do prazo para exercício do direito de preferência e a subscrição das sobras, a Assembleia Geral Extraordinária de 11.01.2023 homologou aumento de capital social e a conversão das ações emitidas para as mesmas classes de titularidade dos seus respectivos subscritores. O aumento de capital está pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil. Os recursos da integralização do capital foram aplicados em títulos públicos e serão mantidos em conta vinculada até a referida aprovação. b) **Dividendos e Juros sobre o capital próprio** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social, equivalente a 1% do lucro líquido apurado em relação às ações ordinárias e de 2% sobre o valor do capital social correspondente às ações preferenciais por elas representadas. Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31.03.2022, 05.07.2022 e 28.12.2022, foram declarados a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 1.023.774, que líquido do IR fonte representa R\$ 870.208 (registrados em "Outros passivos - Sociais e estatutárias" - Nota 13(b)), e a serem pagos até o final do exercício de 2023, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no primeiro quadrimestre do ano de 2023. Adicionalmente, no período foram pagos R\$ 428.282 que estavam registrados "Outros passivos - Sociais e estatutárias" - Nota 13(b). c) **Reservas de lucros**

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de lucros	4.491.598	3.309.710
Legal	445.218	334.934
Especial (1)	4.046.380	2.974.776

(1) Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. d) **Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda**

	31.12.2022	31.12.2021
Valor bruto - Nota 5(b)-(i)	(8.648)	(75.621)
Efeito fiscal	3.958	35.963
Total (1)	(4.690)	(39.658)

(1) Não existem valores que não serão reclassificados subsequentemente para o lucro líquido, quando de sua realização.

18. **OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.04.2022, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R\$ 100.000 (R\$ 75.000 em 2021). A remuneração recebida pela Administração monta R\$ (89.853) (R\$ (64.534) em 2021). O Grupo não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. b) **Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução CMN nº 4.693/2018. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

Operações com partes relacionadas	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Disponibilidades	346.177	594.324	-	-
Grupo J. Safra Sarasin	339.198	585.578	-	-
Safra National Bank of New York	6.979	8.746	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em moedas estrangeiras (Nota 5(a))	2.613.374	384.518	37.772	40.699
Safra National Bank of New York	2.592.855	363.291	11.932	11.932
Demais	20.518	21.227	25.840	28.767
Carteira de crédito - Operações de crédito (2)	43.835	123.225	2.880	5.268
Passivos financeiros - Nota 9 (b)	(5.642.122)	(4.697.633)	(164.393)	(280.431)
Recursos captados	(2.762.783)	(1.407.820)	(61.721)	(79.798)
Depósitos	(2.646.819)	(1.296.781)	(58.042)	(72.172)
Grupo J. Safra Sarasin	(167.327)	(116.735)	(3.796)	(3.796)
Safra National Bank of New York	(1.959.872)	(934.560)	(24.526)	(24.526)
Demais empresas	(519.620)	(245.486)	(29.720)	(43.850)
Recursos de aceites e emissão de títulos - Recursos de letras financeiras, de crédito e similares - Institutos Safra	(115.964)	(111.039)	(3.679)	(7.626)
Recursos de financiamento - Dívida subordinada - Entidades no exterior pertencentes aos controladores (2)	(2.879.339)	(3.289.813)	(102.672)	(200.633)
Outros ativos e passivos líquidos	(864.990)	(485.320)	-	-
Sociais e estatutárias - Nota 12(b)	(870.208)	(490.281)	-	-
Demais	5.218	4.961	-	-
Despesas administrativas - Nota 12(d)	-	-	(70.321)	(140.161)
Despesas de Serviços de Vigilância - Aratu Segurança e Vigilância S/C.	-	-	(3.027)	(5.241)
Manutenção de instalações - Aluéis	-	-	(67.294)	(134.920)
Exton Participações Ltda.	-	-	(58.508)	(58.508)
J. Safra Participações Ltda.	-	-	(30.626)	(30.626)
Harvel Participações Ltda.	-	-	(22.975)	(22.975)
Lebec Participações Ltda.	-	-	(8.121)	(8.121)
Demais empresas	-	-	52.936	(14.690)
Outras	-	-	-	(23.516)
Serviços de Representação - Safra National Bank of New York	-	-	-	2.726
Recita de aluguéis - Casabianc Repr. e Participação Ltda.	-	-	17	71

Operações com controladas	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Nota 5(a)	47.884.184	25.121.757	2.248.166	3.733.130
Aplicações no mercado aberto	5.458.471	3.713.540	341.229	578.492
Banco J. Safra S.A.	-	3.130.540	217.381	454.644
Safra Crédito Financiamento e Investimento S.A.	5.458.471	-	123.848	123.848
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.425.713	21.408.217	1.906.937	3.154.638
Safra Crédito Financiamento e Investimento S.A.	33.571.075	-	619.197	619.197
Banco J. Safra S.A.	8.655.212	18.629.783	1.279.135	2.450.382
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	199.426	2.778.434	8.605	85.059
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo/(Passivo) - Nota 7	28.372	95.402	(72.597)	(28.562)
Banco J. Safra S.A.	-	95.402	(100.969)	(56.934)
Safra Crédito Financiamento e Investimento S.A.	28.372	-	28.372	28.372
Passivos financeiros - Recursos captados - Nota 9	(16.568.864)	(1.742.463)	(660.979)	(936.319)
Captações no mercado aberto -	(262.972)	(1.237.247)	(195.611)	(292.780)
Banco J. Safra S.A.	(262.972)	(1.237.247)	(194.001)	(291.170)
Safra Crédito Financiamento e Investimento S.A.	-	-	(1.609)	(1.609)
Depósitos Interfinanceiros	(16.304.394)	(503.651)	(465.368)	(645.539)
Banco Safra (Cayman Islands) Limited.	(31.765)	(89.584)	(875)	(1.782)
Safra Crédito Financiamento e Investimento S.A.	(8.479.322)	-	(120.611)	(120.611)
Banco J. Safra S.A.	(7.425.086)	-	(316.113)	(470.326)
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(368.221)	(414.067)	(27.769)	(52.820)
Depósitos a prazo - Stone Fountain	(1.498)	(1.565)	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	(4.878)	(48.439)	-	-
Outros ativos e passivos líquidos	(112)	(1.010)	-	-
Bonificações e dividendos a receber	1.885	233	-	-
Demais	(1.498)	(1.243)	-	-
Despesas administrativas - Safra Corretora	-	-	(590)	(1.348)
Recitas de prestação de serviços - Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	273	-	273	491
Recita de aluguéis - Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	36	71

Operações com fundos de investimentos

	31.12.2022	31.12.2021
Captações no mercado aberto - Títulos públicos - Nota 9(b)	(5.706.948)	(10.839.499)
Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos a prazo	(614.907)	(2.334.982)
Depósitos a prazo - Certificado de depósito bancário	(19.203)	(161.938)
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares - Letras financeiras - Nota 9 (1)	(595.704)	(2.173.044)
Recita de gestão e administração de fundos de investimento	-	408.534

(1) Destes montantes, R\$ 418.782 (R\$ 314.904 em 31.12.2021) referem-se a letras financeiras subordinadas. (2) Operações realizadas no âmbito da Resolução CMN nº 4.693/2018. (3) Títulos custodiados no Grupo J. Safra Sarasin.

19. **OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Gestão de riscos e capital** - O Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, com informações referentes à gestão de riscos e capital, estabelecidas pela Resolução BCB nº 54/2020 do BACEN. A Resolução CMN nº 4.553/2017 dividiu as instituições financeiras em cinco segmentos, de acordo com o nível de ativos e relevância da atividade internacional, sendo o Banco Safra classificado como S2. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Safra faz a gestão integrada de riscos envolvendo a inter-relação entre os processos de finanças, negócios, gerenciamento

de risco e de capital. Em sua governança, vale destacar que o Comitê Superior de Riscos, composto por três (3) membros, tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos e de capital. Além disso, o Chief Risk Officer (CRO), o qual se reporta ao Comitê Superior de Riscos e ao Conselho de Administração, responde pela gestão integrada de riscos. A declaração formal de apetite ao risco (Risk Appetite Statement - RAS) também compõe a estrutura de gestão de riscos do Safra, a qual contempla os principais indicadores, métricas e princípios que norteiam a realização de negócios e o controle de riscos da Instituição. A RAS é monitorada periodic

(continuação)

Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Safra Crédito) relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e

energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos da Safra Crédito totalizaram R\$ 39,6 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representados basicamente por ativos financeiros no montante de R\$ 13,9 bilhões e pela carteira de crédito expandida de R\$ 26,1 bilhões. Os recursos captados totalizaram R\$ 39,0 bilhões, representados basicamente por depósitos de instituições financeiras e captação no mercado aberto - carteira própria - debêntures. O patrimônio líquido atingiu R\$ 107 milhões. A Safra Crédito foi constituída em 10 de dezembro de 2021 e autorizada para funcionamento pelo Banco Central

do Brasil em 24 de maio de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi aprovada a cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de certos ativos e passivos pela Safra Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. O acervo cindido na data base de 31 de outubro de 2022 foi de R\$ 31,5 bilhões. Com isso, espera-se aumentar a eficiência operacional, administrativa, financeira e fiscal do grupo, bem como pelo início das atividades da safra CFI, entidade que passa a ser o veículo prioritário nas operações de concessão de crédito e financiamento de aquisição de bens e serviços.

Diretoria.
São Paulo, 20 de março de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2022		
	Notas	2º Semestre	Acumulado
LUCRO LÍQUIDO		37.097	37.357
Outros resultados abrangentes	11(d)	(37.232)	(37.232)
Variação líquida nos ganhos / (perdas) não realizados		(37.232)	(37.232)
Variação no período ao valor justo	4(a)	(65.213)	(65.213)
Efeito fiscal		27.981	27.981
RESULTADO ABRANGENTE		(135)	125

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 2(a)

EM MILHARES DE REAIS	2022		
	Notas	2º Semestre	Acumulado
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	7(a)	189.416	189.884
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	7(b)	(31.055)	(31.059)
RESULTADO BRUTO DA MARGEM FINANCEIRA ANTES DOS RISCOS DE CRÉDITO		158.361	158.825
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO	3(c) e 5(a-III)	(98.587)	(98.587)
RESULTADO LÍQUIDO DA MARGEM FINANCEIRA APÓS OS RISCOS DE CRÉDITO		59.774	60.238
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES	7(c)	45.684	45.688
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	10(a-III)	(17.835)	(17.857)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		87.623	88.049
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(941)	(952)
Despesas de pessoal	8(c)	(32.817)	(32.817)
Despesas administrativas		(941)	(952)
Outras receitas/(despesas) operacionais	9(b)	(15)	(14)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		53.850	54.266
IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(h) e 10(a-I)	(16.753)	(16.909)
Imposto corrente		(54.307)	(54.464)
Imposto diferido		37.554	37.555
LUCRO LÍQUIDO		37.097	37.357
Lucro básico e diluído por ação	3(i)	0,65	0,65

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO NOTAS 2(b) e 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	2022		
	Notas	2º Semestre	Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		104.200	104.620
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		53.850	54.266
Resultado operacional antes da tributação		37.097	37.357
Lucro líquido		37.097	37.357
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	16.753	16.909
Ajustes ao lucro operacional:		50.350	50.354
Provisão para risco de crédito	5(a-III)	98.587	98.587
Provisões para contingências	9(b)	14	14
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	7(b)	31.055	31.059
Provisão para pagamentos a efetuar	8(b)	(79.306)	(79.306)
VARIÁVEIS DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.147.327	5.147.049
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(2.766.325)	(2.766.582)
Em ativos financeiros		(213.009)	(213.266)
Títulos e valores mobiliários		(111.181)	(111.438)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(101.828)	(101.828)
Em instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(2.687)	(2.687)
Em carteira de crédito		(2.640.639)	(2.640.639)
Em outros ativos e passivos financeiros		90.010	90.010
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS - Recursos captados		7.886.540	7.886.540
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		35.208	35.208
IMPOSTOS PAGOS		(8.096)	(8.117)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.251.527	5.251.669
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		100.000	100.000
Aumento de capital	11	100.000	100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		100.000	100.000
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		5.351.527	5.351.669
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		142	-
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		5.351.669	5.351.669
Disponibilidades	12(b)	54.825	54.825
Fundos de investimentos exclusivos	4(a)	5.296.844	5.296.844
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		5.351.527	5.351.669

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituições financeiras	Imposto de renda (1)		Contribuição Social (2)		PIS	COFINS	ISS
	25%	15%-16%	0,65%	4%			

e empregados. II. Benefícios rescisórios - Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. A Companhia disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros - A Companhia reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. g) Tributos - Calculados às alíquotas abaco demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Instituições financeiras 25% 15%-16% 0,65% 4% 5% (1) Inclui alíquota adicional de 10%. (2) A Lei nº 14.446/22 (conversão da Medida Provisória 1.115/2022 altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Sociedades de Crédito de 15% para 16%, sendo que esta alíquota será aplicada no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. h) Lucro por ação - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. i) Patrimônio líquido - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio - A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normalizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas - A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 30 de julho e 31 de dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. j) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contábeis; (iii) créditos tributários e (iv) provisão para perdas com operações de crédito de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

31.12.2022	Valores por prazos de vencimentos:				Classificação contábil dos títulos:	
	Até De 91 dias	Acima de 91 dias	Acima de 365 dias	Para negociação	Disponíveis para venda	
Custo Amortizado						
Ajuste ao Valor Justo						
Custo Amortizado e Valor Justo						
Até De 91 dias	365 dias	Acima de 365 dias	Para negociação	Disponíveis para venda		
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros(2)	8.479.322	-	-	8.479.322	8.479.322	
Títulos e valores mobiliários	5.400.994	5.296.844	-	104.232	5.401.076	
Títulos públicos	104.150	104.232	-	104.232	104.232	
Fundo de investimento exclusivo (3)	5.296.844	5.296.844	-	5.296.844	5.296.844	
Total ativos financeiros em 31.12.2022	13.880.316	5.296.844	-	8.583.554	13.880.398	
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 5(a)	6.885.615	6.807.832	186.052	6.614.825	6.807.832	
Debêntures	5.437.130	5.359.347	179.098	5.180.249	5.359.347	
Notas promissórias e outros	1.448.485	6.955	6.954	1.434.576	1.448.485	
Total em 31.12.2022(1)	20.765.931	20.688.230	5.303.799	186.052	15.198.379	

(1) Deste montante, R\$ 5.294.800 se refere a operações Vinculadas a compromissos de recompra - Nota 6(a). (2) Nota 12(b). (3) Cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) - Nota 12(b), cuja carteira proporcional está assim distribuída.

31.12.2022	Valores por prazos de vencimentos:			
	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Referencial
Custo Amortizado				
Ajuste ao Valor Justo				
Valor Justo				
De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Referencial	
Total de Passivo em 31.12.2022 - Swaps - Nota 12(b)	2.770	(31.142)	(28.372)	(24.761)

II. Composição por valor referencial:

31.12.2022(1)	Valores por prazos de vencimentos:	
	Nível 1	Total
Títulos e valores mobiliários	5.400.812	264
Títulos públicos	104.232	-
Fundos de investimentos exclusivos	5.296.580	264
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 5(a-I)	-	6.807.832
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Ativos/passivos)	-	(28.372)
Total	5.400.812	6.779.724

(1) Não havia operações classificadas no nível 3.

(continua)

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O PERÍODO FINDO - NOTA 2(a)	ATIVO		PASSIVO	
	Notas	31.12.2022	Notas	31.12.2022
EM MILHARES DE REAIS				
Disponibilidades	3(a) e 12(b)	54.825	PASSIVO	39.492.722
Ativos financeiros	3(b-I) e 4(a)	13.880.398	Passivos financeiros	3(b-I) e 6(a)
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Livres	3(a) e 4(a)	8.479.322	Instrumentos financeiros derivativos	3(b-I) e 4(b)
Títulos e valores mobiliários		5.401.076	Outros passivos financeiros	7(a)
Carteira de crédito	3(c) e 5	25.200,229	Passivos fiscais e contingências	3(f), 3(h) e 8(a)
Outros ativos financeiros		5.242	Outros passivos	8(b)
Ativos fiscais e contingentes	3(f), 3(h) e 8(a)	457,893	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
Outros ativos	8(b)	1.004	TOTAL DO PASSIVO	39.599.591
TOTAL DO ATIVO		39.599.591		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 11

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados		Total
	Notas	31.12.2022	Notas	31.12.2022	Notas	31.12.2022	Notas	31.12.2022	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		7.000	-	-	-	-	-	-	7.000
Aumento de capital		100.000	-	-	-	-	-	-	100.000
Aumento do capital por cisão parcial - Nota 2(b)		7.367	-	-	-	-	-	-	7.367
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	(7.268)	-	-	-	(7.268)
Lucro líquido no período		-	-	-	(37.232)	-	-	-	(37.232)
Destinações:		-	-	-	-	-	37.357	-	37.357
Reserva legal		-	1.868	-	-	-	-	(1.868)	-
Reserva especial		-	35.134	-	-	-	-	(35.134)	-
Dividendos		-	-	-	-	(355)	-	(355)	(355)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		114.367	37.002	(44.500)	-	-	-	-	106.869
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022		7.000	260	(4.500)	-	-	-	-	7.260
Aumento de capital		100.000	-	-	-	-	-	-	100.000
Aumento do capital por cisão parcial - Nota 2(b)		7.367	-	-	-	-	-	-	7.367
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	(7.268)	-	-	-	(7.268)
Lucro líquido no período		-	-	-	(37.232)	-	-	-	(37.232)
Destinações:		-	-	-	-	-	37.097	-	37.097
Reserva legal		-	1.855	-	-	-	-	(1.855)	-
Reserva especial		-	34.887	-	-	-	-	(34.887)	-
Dividendos		-	-	-	-	(355)	-	(355)	(355)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		114.367	37.002	(44.500)	-	-	-	-	106.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia e/ou Safra Crédito"), tem como objeto social a realização de operações de crédito para financiamento de bens e serviços a pessoas físicas ou jurídicas e financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas. A Safra Crédito, constituída em 10 de dezembro de 2021, foi autorizada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2022 conforme ofício nº 10.666/2022-BCB/Deorf/GTSP2.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Base de preparação - As demonstrações contábeis da Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A., aprovadas pela Diretoria em 20.03.2023, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.038/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. A Companhia, em maio de 2022, foi autorizada para funcionamento pelo BACEN, sendo, conforme Res. 4.818/20, obrigatória a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis a partir desta data. Conforme Resolução BCB nº 02/20, a companhia optou por não apresentar as informações comparativas às demonstrações contábeis relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos nas Resoluções nº BCB 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. A apresentação no Balanço Patrimonial - Apresentação das

(continuação)

Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

5. CARTEIRA DE CRÉDITO - a) Carteira de crédito e provisão para risco de crédito - I. Composição da carteira de crédito expandida

	31.12.2022				Total
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Provisão para risco de crédito	Saldo no início do período	
Carteira de crédito	19.334.547	-	-	19.334.547	18.399.479
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 4(a)	6.885.615	(77.783)	6.807.832	(7.082)	6.800.750
Carteira de Crédito Expandida	26.220.162	(77.783)	26.142.379	(942.150)	25.200.229

III. Provisão para risco de crédito e resultado com risco de crédito

	Saldo no início do período	Parcela cindida - Nota 2(b)	(Constituição)/ Reversão	Saldo no final do período	Resultado com Risco de Crédito
Provisão Mínima Requerida - Resolução CMN nº 2.682/1999	-	(396.055)	(161.261)	(557.316)	(161.261)
Operações com Empresas	-	(4.801)	318	(4.483)	318
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	-	(391.254)	(161.579)	(552.833)	(161.579)
Provisão Adicional	-	(447.507)	62.674	(384.833)	62.674
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2022 - Nota 5(a-i)	-	(843.562)	(98.587)	(942.149)	(98.587)

b) Carteira de crédito e provisão por distribuição de nível de risco

	31.12.2022						Total
	AA	A	B	C	D	E	
Operações com empresas - Nota 4(a)	6.807.832	-	-	-	-	-	6.807.832
Operações de financiamento ao consumo - CDC	819.722	433.325	13.222.546	4.223.107	322.110	159.979	92.471
Total da carteira em 31.12.2022	7.627.554	433.325	13.222.546	4.223.107	322.110	159.979	92.471
Curso normal ⁽¹⁾	-	-	280.658	442.029	186.880	124.441	85.824
Curso normal ⁽²⁾	7.627.554	433.325	12.941.888	3.781.078	135.230	35.538	6.647
Total provisão em 31.12.2022	(6.794)	(2.989)	(207.898)	(421.888)	(96.601)	(79.974)	(64.720)

⁽¹⁾ Curso Anormal - Operações vencidas há mais de 14 dias. ⁽²⁾ Curso Normal - Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações

	31.12.2022		Total
	Carteira	Provisão mínima requerida	
Curso Anormal	1.145.049	(146.327)	
Operações Vencidas:			
De 15 a 30 dias	376.954	(14.545)	
De 31 a 60 dias	366.252	(25.601)	
De 61 a 90 dias	181.785	(27.209)	
De 91 a 180 dias	190.019	(78.933)	
De 181 a 365 dias	39	(39)	
Curso Normal	24.997.330	(410.989)	
Parcelas Vencidas - Vencidas até 14 dias	61.583	(1.683)	
Parcelas Vincendas:			
De 01 a 30 dias	694.813	(14.026)	
De 31 a 60 dias	721.524	(15.121)	
De 61 a 90 dias	673.866	(14.172)	
De 91 a 180 dias	1.947.524	(40.826)	
De 181 a 365 dias	3.782.121	(76.383)	
Acima de 365 dias	17.115.899	(248.778)	
Total	26.142.379	(557.316)	

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (Non Accrual), monta em R\$ 371.843 e acima de 90 dias R\$ 190.058. d) Distribuição da carteira por ramo de atividade

	31.12.2022
Sector Privado:	
Indústria	357.394
Serviços	2.108.209
Comércio	6.762.746
Pessoas físicas	16.813.546
Rural	22.727
Habitação	77.757
Total	26.142.379

6. PASSIVOS FINANCEIROS - a) Passivos financeiros - Por vencimentos

	31.12.2022			
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Recursos captados - Nota 12(b)	9.960.278	11.819.761	17.249.507	39.029.546
Depósitos de instituições financeiras	7.142.661	9.178.907	17.249.507	33.571.075
Captação no mercado aberto - Carteira própria - Títulos privados - Debêntures - Nota 4(a)	2.817.617	2.640.854	-	5.458.471
Total em 31.12.2022 ⁽¹⁾	9.960.278	11.819.761	17.249.507	39.029.546

⁽¹⁾ Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI e PRÉ.

7. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS COM OPERAÇÕES - a) Resultado líquido de juros

	31.12.2022		Total
	2º Semestre	Acumulado	
Carteira de crédito	748.528	748.528	
Operações com empresas	144.494	144.494	
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	604.034	604.034	
Resultado com ativos financeiros - Nota 4	181.254	181.222	
Total das receitas de juros	929.782	930.250	
Operações com passivos financeiros - Nota 6 e 12(b)	(743.136)	(743.136)	
Total das despesas de juros	(743.136)	(743.136)	
Resultado com derivativos (Accrual) - Swap - Notas 3(b-II) e 12(b)	2.770	2.770	
Resultado líquido de juros ⁽¹⁾	189.416	189.884	

⁽¹⁾ Contempla custos diretos da operação no segundo semestre e período no acumulado de R\$ (81.425) - Nota 2(a), representados substancialmente pela comissão de correspondentes bancários, cujo valor a pagar totaliza R\$ 80.976 e está registrado na rubrica "outros passivos financeiros". b) Resultado líquido com instrumentos financeiros - Totaliza R\$ (31.055) no segundo semestre e R\$ (31.059) em 2022 e está composto pelo ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos de R\$ (31.142) - Nota 5(b) e ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários de R\$ 87 no segundo semestre e R\$ 83 em 2022 - Nota 5(a). c) Outros resultados das operações - Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	31.12.2022	
	2º Semestre	Acumulado
Operações de crédito	45.684	45.688
Total	45.684	45.688

⁽¹⁾ Contempla custos diretos da operação no segundo semestre e no período acumulado de R\$ (21.010) - Nota 2(a).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** - Valores correspondentes ao exercício anterior - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 2 a) as demonstrações contábeis, a Companhia, constituída em 10 de dezembro de 2021, foi autorizada para funcionamento pelo BACEN em 24 de maio de 2022, sendo, conforme a Resolução nº 4.818/20, obrigatória a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis a partir desta data. Conforme a Resolução BCB nº 02/20, a Companhia optou por não apresentar as informações comparativas às demonstrações contábeis relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo BACEN. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

	31.12.2022			
	Saldo no início do período	Parcela cindida - Nota 2(b)	Movimentação financeira líquida	Juros - Nota 7(b)
Operações com Empresas	-	6.928.846	(265.508)	144.494
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	-	16.572.893	2.157.620	604.034
Total da Carteira de Crédito em 31.12.2022	-	23.501.739	1.892.112	748.528

(1) Totaliza R\$ 22.658.177 - Nota 2(b), quando considerada a provisão para risco de crédito de R\$ (843.562) - Nota 5(a-II).

	31.12.2022			
	Saldo no início do período	Parcela cindida - Nota 2(b)	(Constituição)/ Reversão	Saldo no final do período
Operações com Empresas	-	(396.055)	(161.261)	(557.316)
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	-	(4.801)	318	(4.483)
Provisão Adicional	-	(391.254)	(161.579)	(552.833)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2022 - Nota 5(a-i)	-	(843.562)	(98.587)	(942.149)

8. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

	31.12.2022	
	2º Semestre	Acumulado
Ativos fiscais e contingentes ⁽¹⁾	457.893	457.893
Fiscais	9.919	9.919
Correntes - Impostos e contribuições a compensar	447.974	447.974
Diferidos - Créditos tributários - Nota 10(b-I)	182.615	182.615
Passivos fiscais e provisão de contingências ⁽¹⁾	14	14
Provisão para contingências - Nota 9(b)	182.615	182.615
Fiscais	35.148	35.148
Correntes	20.534	20.534
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	14.614	14.614
Diferidos - Obrigações fiscais - Nota 10(b-II)	147.467	147.467

⁽¹⁾ Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e os ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Outros ativos e passivos

	31.12.2022	
	2º Semestre	Acumulado
Total de outros ativos - Diversas ⁽¹⁾	1.004	1.004
Total de outros passivos ⁽²⁾	156.923	156.923
Provisão para pagamentos a efetuar	79.306	79.306
Operações passivas a processar	77.262	77.262
Sociais e estatutárias - Notas 11(b) e 12(b)	355	355

⁽¹⁾ Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e os ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Outros ativos e passivos

	31.12.2022	
	2º Semestre	Acumulado
Remuneração e participação nos resultados	(28.594)	(28.594)
Encargos sociais	(3.793)	(3.793)
Benefícios	(440)	(440)
Total	(32.817)	(32.817)

⁽¹⁾ Operações classificadas no Ativo Circulante. ⁽²⁾ Operações classificadas no Passivo Circulante.

c) Despesas de pessoal

	2022	
	2º Semestre	Acumulado
Remuneração e participação nos resultados	(28.594)	(28.594)
Encargos sociais	(3.793)	(3.793)
Benefícios	(440)	(440)
Total	(32.817)	(32.817)

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. b) Passivos Contingentes - Os passivos contingentes estão representados por contingências cíveis no montante de R\$ 14 em 31.12.2022. Os efeitos no resultado estão registrados em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de imposto de Renda e Contribuição Social.

	2022	
	2º Semestre	Acumulado
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	53.850	54.266
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(h)	(21.540)	(21.706)
(Incluídos) Excluídos Permanentes	4.786	4.797
Imposto de renda e contribuição social do período	(16.753)	(16.909)

	2022	
	2º Semestre	Acumulado
PIS/COFINS	(14.504)	(14.526)
ISS	(3.331)	(3.331)
Total	(17.835)	(17.857)

b) Ativos e passivos fiscais diferidos - Nota 8(a) - I. Movimentação e realização dos ativos e passivos fiscais diferidos. (1) Ativos fiscais diferidos - Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022			
	Saldo no início do período	Parcela cindida - Nota 2(b)	Constituição / (Reversão)	Saldo no final do período
Provisão para risco de crédito - Nota 5(a-II)	-	344.792	31.208	860
Provisões para contingências - Nota 9(b)	-	-	633	(628)
Ajuste ao valor justo instrumentos financeiros - Nota 11(d)	-	-	46.574	-
Outros	-	26.872	(2.337)	24.535
Total em 31.12.2022	-	371.664	76.078	232

representações falsas intencionais. • Obtenemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

representações falsas intencionais. • Obtenemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 01

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 03.017.677/0001-20DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 12

	Capital social realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
EM MILHARES DE REAIS						
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	492.914	1.023	498.818	279.651	-	1.272.406
Redução de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(273.079)	-	(273.079)
Lucro líquido no período	-	-	-	-	489.002	489.002
Destinações:						
Reserva legal	-	-	10.520	-	(10.520)	-
Reserva especial	-	-	445.760	-	(445.760)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(32.722)	(32.722)
Dividendos	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	491.914	1.023	555.098	6.572	-	1.054.607
Aumento de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	1.000	-	-	-	-	1.000
Redução de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	(7.368)	-	-	7.268	-	(100)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(13.840)	-	(13.840)
Lucro líquido no período	-	-	-	-	299.770	299.770
Destinações:						
Reserva legal	-	-	200	-	(200)	-
Reserva especial	-	-	251.870	-	(251.870)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(47.700)	(47.700)
Dividendos	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	485.546	1.023	407.168	-	-	893.737
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022	492.914	1.023	289.429	(40.768)	-	742.598
Redução de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	(7.368)	-	-	7.268	-	(100)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	33.500	-	33.500
Lucro líquido no período	-	-	-	-	164.085	164.085
Destinações:						
Reserva especial	-	-	116.385	-	(116.385)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(47.700)	(47.700)
Dividendos - Reversão de provisão	-	-	1.354	-	-	1.354
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	485.546	1.023	407.168	-	-	893.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Banco J. Safra S.A. ("Instituição") tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerente às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil) inclusive de câmbio, na forma das disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a administração de carteira de valores mobiliários e administração de fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) **Base de preparação** - As demonstrações contábeis do Banco J. Safra S.A., aprovadas pela Diretoria em 20.03.2023, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.639/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Banco J. Safra adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos nas Resoluções nº BCB 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. A apresentação no Balanço Patrimonial • Apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. • A adoção do conceito de carteira de crédito - Nota 3(c) implica na apresentação dos Títulos privados emitidos por outros não financeiros, reclassificados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" como operações com características de concessão de crédito tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado. II. A apresentação na Demonstração do Resultado das receitas das operações líquidas dos seus custos diretos. Tais custos são representados substancialmente por recuperação, originação e manutenção das operações. Apresentamos abaixo os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes no lucro conforme disposto no artigo 34 da Resolução BCB nº 02/2020.

	2022	2021
Lucro líquido no período	299.770	489.002
(-) Resultado não recorrente	40.219	(29.467)
Cessão de crédito - Nota 5(e)	40.219	-
Contingências (Ativas) - Nota 9(a)	-	9.442
Provisão para risco de crédito - PDD adicional - Nota 5(a-III)	-	(38.909)
Resultado recorrente	259.551	518.469

b) Eventos societários - Em 30 de novembro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de certos ativos e passivos pelo Banco Safra S.A. e pela Safra Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Safra CFI"), apurado por meio dos livros contábeis na data base de 31 de outubro de 2022 para readequação estrutural visando aumentar a eficiência operacional, administrativa, financeira e fiscal do grupo, bem como pelo início das atividades da Safra CFI, entidade que passa a ser o veículo prioritário nas operações de concessão de crédito e financiamento de aquisição de bens e serviços. A operação não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação está em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil. O acervo líquido cindido, no valor de R\$ 100, foi segregado conforme abaixo:

	31.10.2022			
ATIVO	Banco J. Safra antes cisão	Acervo cindido para Safra CFI	Acervo cindido para Banco Safra	Banco J. Safra Pós cisão
Títulos e valores imobiliários	979.994	(56.309)	(32.558)	891.126
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.901.501	(8.377.494)	(660.848)	863.159
Instrumentos financeiros derivativos	43.642	-	(43.642)	-
Carteira de crédito	28.522.973	(22.658.177)	(4.480.606)	1.384.191
Ativos fiscais e contingências	1.001.322	(371.664)	(85.150)	544.508
Outros ativos	104.348	(6.494)	16	97.870
Investimentos	39.366	-	-	39.366
Ativos imobilizado e intangível	26.458	-	-	26.458
TOTAL DO ATIVO	40.619.604	(31.470.138)	(5.302.788)	3.846.678
	31.10.2022			
PASSIVO	Banco J. Safra antes cisão	Acervo cindido para Safra CFI	Acervo cindido para Banco Safra	Banco J. Safra Pós cisão
Recursos captados	38.600.984	(31.143.006)	(5.233.133)	2.304.844
Obrigações por empréstimos e repasses	50.368	-	-	50.368
Instrumentos financeiros derivativos	39.581	-	(39.581)	-
Passivos fiscais e contingências	628.973	(134.769)	5.174	499.378
Outros passivos	375.229	(192.264)	(35.247)	147.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	844.470	(99)	(1)	844.370
Capital social	493.937	(7.367)	(1)	486.569
Reservas de lucros	357.801	-	-	357.801
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(7.268)	7.268	-	-
TOTAL DO PASSIVO	40.619.604	(31.470.138)	(5.302.788)	3.846.678

Em 29 de abril de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária cisão parcial da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. A parcela cindida, apurada por meio dos livros contábeis na data base de 31 de março de 2022, foi incorporada ao Banco J. Safra S.A. Esta operação gerou um aumento de capital de R\$ 1.000 do capital social do Banco J. Safra S.A. Os ativos incorporados totalizam R\$ 2.775.803, sendo representados por ativos financeiros de R\$ 2.682.177 e crédito tributário relativo à marcação a mercado do título no montante de R\$ 73.626 - Nota 10(b-I-1)), com respectivos passivos representados por Depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 2.754.803 - Nota 6. A operação foi efetuada para melhorar a sinergia dentro do Grupo J. Safra com os negócios e estratégias em curso e não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação foi homologada em 23.12.2022, pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 34.376/2022-BCB/Deorl/GTSP2. Em 30 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de seus ativos e passivos pelo Banco Safra S.A., apurado por meio dos livros contábeis na data base de 31 de março de 2021. Esta operação gerou uma redução de R\$ 1.000 do capital social do Banco J. Safra S.A. Os ativos cindidos totalizam R\$ 7.114.464, sendo representados por aplicação interfinanceira de liquidez de R\$ 340, R\$ 7.160.205 de carteira de crédito - Nota 5, R\$ (83.782) de provisão para risco de crédito - Nota 5(a-III) e crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito no montante de R\$ 37.702 - Nota 10(b-I-1)), com respectivos passivos representados por Depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 7.113.464 - Nota 6(a). A operação não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação foi homologada em 05.05.2022, pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 9.695/2022-BCB/Deorl/GTSP2. c) **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura** - I. Resolução CMN nº 4.966 (IFRS 9) e normativos complementares: Estabelecimento de definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidência de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. Em atendimento ao artigo 76 da Resolução CMN 4.966, apresentamos abaixo o resumo do plano de implantação do IFRS 9, aprovado pelo Conselho de Administração do Controlador em 28 de dezembro de 2022. As implantações dos tópicos abaixo estão sujeitas à revisão em caso de mudança significativa advinda de normativa complementar sobre o tema. Abaixo resumo dos principais temas que necessitarão ser endereçados: 1) Classificação de ativos financeiros: modelos de negócios e teste SPPJ (somente principal e juros). • Formalização dos modelos de negócios pelos gestores dos produtos. • Implantação de processo automático que permita a contabilidade capturar as estratégias gerenciais, direcionando aos modelos de negócios definidos. • Montagem de teste de aderência ao modelo de negócios. 2) Opção pelo valor justo e contabilidade de hedge. • Revisão das atuais estruturas de hedge contábil, eventualmente formalizando como "fair value option", com o decorrente ajuste na formalização, se for o caso. • Implantação e formalização do índice de hedge e de sua governança, considerando os parâmetros da gestão de riscos. 3) Taxa efetiva de juros: • Revisão completa das receitas e custos incrementais, considerando sua materialidade. Documentação e aprovação da política estabelecendo os itens que devem ou não ser considerados na taxa efetiva de juros. • Desenvolvimento de um sistema de controle para apuração, realização e contabilização das receitas e despesas incrementais que comporão a taxa de juros efetiva. O sistema deverá prover as informações necessárias para que o cálculo da PDD considere os componentes da taxa efetiva de juros (modelo simplificado). 4) Stop accrual e classificação no estágio 3 • Alteração dos parâmetros de "stop accrual" de 60 para 90 dias. • Compatibilização do conceito de ativo problemático com a classificação no estágio 3 para fins de provisionamento contábil. • Implantação da funcionalidade para que os sistemas que controlam o "stop accrual" passem a receber as operações classificadas no estágio 3 (ativo problemático), e com isso deixem de reconhecer receita para esses ativos antes do prazo de 90 dias. 5) Classificação entre estágios de risco, provisionamento e baixa a prejuízo • Revisão dos atuais procedimentos e eventuais ajustes em função da nova regulamentação, e implantação da utilização da PDD IFRS na gestão de risco de crédito dos clientes e avaliação de desempenho das áreas de negócios. • Implantação dos pisos de provisão e write-off e do novo fluxo informacional para a central de riscos (a depender de como o BACEN irá normalizar). II. Resolução CMN nº 4.975 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 - Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. d) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demons-

trações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Banco J. Safra.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) **Fluxo de caixa** - I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo, com prazo original de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento em outros fins. II. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, aprovada pela Resolução CMN nº 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa é apresentado conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) em uma rubrica intitulada "Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa", separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a conciliar o caixa e equivalentes a caixa do começo e do final do período de reporte. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. b) **Instrumentos financeiros** - I. Classificação e mensuração. Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são apresentados nas rubricas de carteira de crédito e outros ativos financeiros do balanço patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais o Banco J. Safra tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. As variações negativas no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Banco J. Safra levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, exceto se designados como objeto de Hedge de risco de mercado. II. Instrumentos financeiros derivativos - Os derivativos são classificados ao valor justo por meio do resultado. São considerados ativos quando o valor justo for positivo e passivos quando for negativo. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco, por meio da modificação de certas características de ativos e passivos financeiros objetos de Hedge, que sejam altamente efetivos e que atendam a todos os demais requerimentos de designação e documentação de que trata a Circular BACEN nº 3.082/2002, são classificados como Hedge contábil de acordo com sua natureza: • Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e seus efeitos fiscais, e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações deduzidas dos efeitos fiscais, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A parcela não efetiva do Hedge é reconhecida diretamente no resultado do período. III. Valor justo - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. IV. Baixa de instrumentos financeiros - De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessarem ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. e) **Carteira de crédito e provisão para risco de crédito** - A carteira de crédito engloba as operações de crédito, e demais operações que apresentam risco de crédito similar a uma operação de crédito, tais como outros instrumentos de risco de crédito emitidos por empresas - Nota 3(b-I), acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas por rata temporis até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações de crédito classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de perdas prováveis quanto a sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado nessas demonstrações contábeis na despesa de baixa a prejuízo da operação de crédito atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda dos bens não de uso (regime de caixa). A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. No ano de 2020, em função da pandemia do Covid-19, foi emitida a Resolução CMN nº 4.855/2020 com o objetivo de regulamentar a constituição de provisão cujos créditos foram concedidos com compartilhamento de risco com a União e suas respectivas instituições participantes, tais como o BNDES. Segundo a norma, para a constituição da provisão para fazer face à perda provável das operações cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, as instituições financeiras devem aplicar o conceito definidos no art. 6º da Resolução nº 2.682/1999 somente sobre a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela própria instituição. Além disso, o Banco J. Safra considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. d) **Investimentos** - Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. e) **Ativos imobilizado e intangível** - Imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manu-

tenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São reconhecidos pelo valor de custo, líquidos das respectivas depreciações ou amortização acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: sistemas de comunicação e segurança, móveis, equipamentos e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. f) **Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre procedimentos para mensuração, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2022 e 31.12.2021. g) **Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: representados por devedores por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito devida de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais pelas quais sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integrado e provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do conhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. h) **Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.877/2020, são categorizados em: I. Benefícios de curto prazo e longo prazo - Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. O Banco J. Safra não possui benefícios de longo prazo relativos a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, o Banco J. Safra não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave e empregados. II. Benefícios rescisórios - Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco J. Safra disponibiliza aos seus funcionários uma política assistencialmente do tipo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros - O Banco J. Safra reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. O Banco J. Safra reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. i) **Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda (1)	Contribuição Social (2)	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	20%-21%	0,65%	4%	1,5%

(1) Inclui alíquota adicional de 10%. (2) A Lei nº 14.446/22 (conversão da Medida Provisória nº 1.115/22), altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 21%, sendo que esta alíquota será aplicada no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. j) **Lucro por ação** - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas do Banco J. Safra pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pelo banco J. Safra e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. k) **Patrimônio líquido** - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio - A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normalizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas - A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. I) **Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortização dos ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários e (vi) provisão para risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTAS 2(b) e 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		544.330	1.04	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

⁽¹⁾ Deste montante, R\$ 3.812.127 se refere a operações Vinculadas a compromissos de recompra em 31.12.2021 - Nota 6(a). ⁽²⁾ Nota 13(b). ⁽³⁾ Em 31.12.2021, totaliza R\$ 4.433.788 e está composto por debêntures de R\$ 4.397.248 e notas promissórias e outros de R\$ 36.540. ⁽⁴⁾ Cotas de fundo de investimento exclusivo administradas pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) - Nota 13(b), cuja carteira proporcional está assim distribuída:

	31.12.2022	31.12.2021
Títulos para negociação		
Operações compromissadas - Títulos Públicos	91.012	732.280
Outros	495	457
Total	91.507	732.737

b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco J. Safra na administração diária dos riscos assumidos em suas operações. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos: • Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de operações contratadas junto a clientes ou contrapartes. • Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de

mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. • Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. As posições do Banco J. Safra monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (valor em risco) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, backtesting e demais recursos técnicos. O Safra possui um Comitê de Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão, que se reúne semanalmente, com foco principal na discussão de conjuntura econômica, e um Comitê de Riscos e Tesouraria, com participação de membros da Alta Administração, que se reúne trimestralmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão de Risco de Mercado, bem como revisar limites de risco, estratégias e resultados - Nota 14(a). I. Contas patrimoniais. Em 31.12.2022, o Banco não detinha posições próprias em instrumentos financeiros derivativos.

Participação nos Lucros e Resultados no montante de R\$ 93.345 (R\$ 87.306 em 31.12.2021); ISS operações de Leasing e atividades bancárias no montante de R\$ 9.610 (R\$ 9.494 em 31.12.2021); Deducibilidade da carteira de mútuos no montante de R\$ 11.149 (R\$ 10.545 em 31.12.2021); e IPVA sobre automóveis em garantia das operações de Leasing no montante de R\$ 50.163 (R\$ 581 em 31.12.2021). ⁽⁴⁾ Deste montante, R\$ 23.330 está classificado no Circulante e R\$ 236.185 no Não Circulante (R\$ 21.434 está classificado no Circulante e R\$ 179.661 no Não Circulante em 31.12.2021).

O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações civis, não reconhecido, é de R\$ 98 (R\$ 94 em 31.12.2021). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social.

	2022	2021
	Semestre	Acumulado
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	290.830	449.404
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(i)	(130.873)	(202.232)
(Inclusões) Excluídos Permanentes	4.128	52.598
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 11	23.849	23.849
Juros sobre o capital próprio - Nota 12(b)	21.465	21.465
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	(41.186)	7.284
Imposto de renda e contribuição social do período	(126.745)	(149.634)
II. Despesas tributárias		
	2022	2021
	Semestre	Acumulado
PIS/COFINS	(43.651)	(102.482)
ISS	(3.467)	(9.558)
Total	(47.118)	(112.040)

	31.12.2021			
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valores por prazos de vencimentos:
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de Ativo em 31.12.2021 - Swaps - Nota 13(b)	6.284	(3.699)	2.585	2.585
Total de Passivo em 31.12.2021 - Swaps - Nota 13(b)	(495.743)	397.758	(97.985)	(4.366)

II. Composição por valor referencial:

Swap - Taxa de juros em 31.12.2021 - Nota 13(b)	Locais de Negociação			Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Referencial
	CETIP	616.527	4.162.482	4.836.072			

c) Valor justo

Títulos e valores mobiliários - Nota 4(a)	31.12.2022 ⁽¹⁾		
	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos privados emitidos por instituições financeiras	91.012	63.400	154.412
Títulos emitidos por empresas - Ações	-	2.066	2.066
Fundo de investimentos exclusivo	-	60.839	60.839
	91.012	495	91.507

⁽¹⁾ Não havia operações classificadas no nível 3.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO - a) Carteira de crédito e provisão para risco de crédito - I. Composição da carteira de crédito

	31.12.2022				31.12.2021			
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Provisão para risco de crédito	Total	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Provisão para risco de crédito	Total
Carteira de crédito	1.764.770	-	1.764.770	(61.293)	1.703.477	17.915.538	(987.087)	16.928.451
Outros instrumentos de risco de crédito - Nota 4(a)	-	-	-	-	4.421.256	12.532	4.433.788	(5.267)
Carteira de Crédito Expandida	1.764.770	-	1.764.770	(61.293)	1.703.477	22.336.794	(992.354)	21.356.972

II. Movimentação da carteira de crédito

	Saldo no início do período		Parcela cindida - Nota 2(b) ⁽¹⁾		Movimentação financeira líquida		Juros - Nota 7(a)		Baixas a Prejuízo - Nota 5(a-III)		Saldo no final do período	
Operações com Empresas	4.538.464	-	(6.288.846)	1.920.424	510.450	-	-	-	-	-	-	40.492
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	17.810.862	-	(21.551.750)	2.709.508	3.022.664	(267.006)	-	-	-	-	-	1.724.278
Total da Carteira de Crédito em 31.12.2022	22.349.326	-	(28.480.596)	4.629.932	3.533.114	(267.006)	-	-	-	-	-	1.764.770
Total da Carteira de Crédito em 31.12.2021	21.220.681	-	(7.160.205)	6.265.912	2.451.016	(428.077)	-	-	-	-	-	22.349.326

⁽¹⁾ Totaliza R\$ 27.138.783 - Nota 2(b), quando considerada a provisão para risco de crédito de R\$ (1.341.813) - Nota 5(a-III). III. Provisão para risco de crédito e resultado com risco de crédito

	31.12.2022				31.12.2021			
	Saldo no início do período	Parcela cindida - Nota 2(b)	Constituição / Reversão	Baixas a Prejuízo	Saldo no final do período	Recuperação de Crédito ⁽¹⁾	Resultado com Risco de Crédito	
Provisão Mínima Requerida - Resolução CMN nº 2.682/1999	(587.642)	-	796.616	(537.273)	267.006	(61.293)	114.322	(422.951)
Operações com Empresas	(5.241)	-	4.801	(504)	-	(944)	-	(504)
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	(582.401)	-	791.815	(536.769)	267.006	(60.349)	114.322	(422.447)
Provisão Adicional	(404.712)	-	545.197	(140.485)	-	-	-	(140.485)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2022 - Nota 5(a-I)	(992.354)	-	1.341.813	(677.758)	267.006	(61.293)	114.322	(563.436)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2021	(1.041.403)	-	83.782	(462.810)	428.077	(992.354)	94.738	(368.072)
Provisão Mínima Requerida - Resolução CMN nº 2.682/1999	(668.879)	-	83.782	(430.622)	428.077	(587.642)	94.738	(335.884)
Operações com Empresas	(3.407)	-	(1.867)	33	(5.241)	2.786	-	919
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	(665.472)	-	83.782	(428.755)	428.044	(582.401)	91.952	(336.803)
Provisão Adicional ⁽²⁾	(372.524)	-	(32.188)	-	(404.712)	-	-	(32.188)

⁽¹⁾ Recuperações de créditos baixados como prejuízo, líquidas dos custos diretos. Em 2022, contempla R\$ 73.125 considerado como evento não recorrente - Notas 2(a) e 5(e); ⁽²⁾ Em 2021, contempla R\$ (70.744) considerado como evento não recorrente - Nota 2(a). **b) Carteira de crédito e provisão por distribuição de nível de risco**

Níveis de risco	31.12.2022										31.12.2021	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Operações com empresas ⁽¹⁾	39.560	-	-	-	-	-	-	-	932	40.492	4.538.464	
Operações de financiamento ao consumo	347.654	146.486	763.825	323.248	104.169	15.611	9.877	1.535	11.873	1.724.278	17.810.862	
Crédito Consignado	-	2.249	301.633	405	78	92	23	33	604	305.117	3.761.456	
Crédito Direto ao Consumidor	347.654	142.540	455.406	322.265	103.664	15.337	9.801	1.425	11.036	1.409.128	14.048.337	
Crédito Pessoal	-	1.697	6.786	578	427	182	53	77	233	10.033	1.069	
Total da carteira em 31.12.2022	387.214	146.486	763.825	323.248	104.169	15.611	9.877	1.535	12.805	1.764.770	22.349.326	
Curso anormal ⁽²⁾	-	-	4.565	18.386	28.445	14.459	7.008	1.501	8.229	82.593	830.901	
Curso normal ⁽²⁾	387.214	146.486	759.260	304.862	75.724	1.152	2.869	34	4.576	1.682.177	21.518.425	
Total provisão em 31.12.2022	(781)	(1.137)	(7.647)	(10.257)	(12.415)	(7.804)	(6.913)	(1.534)	(12.805)	(61.293)	(992.354)	
Total da carteira em 31.12.2021	5.294.916	202.653	13.404.632	2.860.193	195.635	108.197	61.880	37.811	183.409	22.349.326		
Curso anormal ⁽²⁾	6	-	155.927	230.741	104.074	84.979	55.943	35.937	163.294	830.901		
Curso normal ⁽²⁾	5.294.910	202.653	13.248.705	2.629.452	91.561	23.218	5.937	1.874	20.115	21.518.425		
Total provisão em 31.12.2021	(4.968)	(1.459)	(322.909)	(285.733)	(58.671)	(54.088)	(43.310)	(37.807)	(183.409)	(992.354)		

⁽¹⁾ Contempla basicamente operações de repasses - BNDES/FINAME e outros instrumentos de risco de crédito em 2021 - Nota 4(a). ⁽²⁾ Curso Anormal - operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias e Curso Normal - operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. **c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações**

	31.12.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
Curso Anormal	82.593	(28.147)	830.901	(264.069)
Operações Vincendas:				
De 15 a 30 dias	27.088	(3.192)	200.922	(6.451)
De 31 a 60 dias	28.878	(6.358)	204.538	(10.497)
De 61 a 90 dias	14.224	(7.611)	107.996	(15.059)
De 91 a 180 dias	7.037	(5.620)	162.192	(76.809)
De 181 a 365 dias	5.366	(5.366)	155.253	(155.253)
Curso Normal	1.682.177	(33.146)	21.518.425	(323.573)
Parcelas Vencidas - Vencidas até 14 dias	3.352	(144)	32.227	(741)
Parcelas Vincendas:				
De 01 a 30 dias	57.787	(996)	600.266	(10.495)
De 31 a 60 dias	73.507	(1.250)	783.299	(12.915)
De 61 a 90 dias	48.446	(867)	465.371	(9.275)
De 91 a 180 dias	172.530	(3.063)	1.858.455	(31.861)
De 181 a 365 dias	288.348	(5.576)	3.305.610	(58.587)
Acima de 365 dias	1.038.207	(21.250)	14.473.197	(199.699)
Total	1.764.770	(61.293)	22.349.326	(587.642)

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (Non Accrual), monta em R\$ 26.627 (R\$ 425.441 em 31.12.2021) e acima de 90 dias R\$ 12.403 (R\$ 317.445 em 31.12.2021). **d) Distribuição da carteira por ramo de atividade**

	31.12.2022	31.12.2021
Sector Privado:		
Indústria	99.965	4.407.592
Serviços	1.019.119	1.436.231
Comércio	232.510	496.639
Pessoas físicas	326.287	15.907.183
Rural	35.123	35.807
Habituação	51.766	65.874
Total	1.764.770	22.349.326

e) Cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios - Em 30 de novembro de 2022, foi firmado contrato de cessão sem retenção substancial de risco e benefício com empresa não financeira parte relacionada - nota 13(b), nos termos da Resolução Bacen nº 3.533/08. O montante total cedido foi de R\$ 1.084.183 relativo a carteira em prejuízo de R\$ 10.202,20 e o valor de venda apurado com base no laudo de avaliação foi de R\$ 73.125 (R\$40.219 líquido de impostos), registrado na rubrica recuperação de crédito - Nota 2(a) e 5(a-III). **6. PASSIVOS FINANCEIROS a) Passivos financeiros - Por vencimentos**

	31.12.2022			31.12.2021		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total	
Recursos captados - Nota 13(b)	758.967	3.344.514	4.551.731	8.655.212	22.343.323	
Depósitos de instituições financeiras	758.967	3.344.514	4.551.731	8.655.212	18.629.783	
Captação no mercado aberto - Carteira própria - Títulos privados - Debêntures	-	-	-	-	3.713.540	
Obrigações por repasses	10.852	19.874	10.309	41.035	105.107	
Total em 31.12.2022 ⁽¹⁾	769.819	3.364.388	4.562.040	8.696.247	22.448.430	
Total em 31.12.2021 ⁽¹⁾	4.327.528	7.391.222	10.729.680	22.448.430		

⁽¹⁾ Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI e PRÉ.

b) Recursos administrados - O Banco J. Safra é responsável pela gestão e administração de fundos de investimento. O patrimônio líquido dos fundos administrados totaliza R\$ 4.131.034 (R\$ 4.087.980 em 31.12.2021), sendo R\$ 217.514 (R\$ 91.024 em 31.12.2021) em fundos de aplicações em ações e R\$ 3.913.520 (R\$ 3.996.956 em 31.12.2021) em fundos de investimento financeiros. As receitas com taxas de gestão e administração com fundos estão registradas na rubrica "Receitas de Prestação de Serviços e tarifas bancárias" -

(continuação)

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 03.017.677/0001-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do Banco J. Safra S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J. Safra S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J. Safra S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCEN.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - *Eventos societários* - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 b) às demonstrações contábeis do Banco, que descreve certos eventos societários ocorridos nos exercícios corrente e anterior, envolvendo o Banco e demais empresas do grupo J. Safra, os quais geraram impactos na comparabilidade da posição patrimonial e financeira, e dos resultados do Banco. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023

Deloitte
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Safra Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elé-

trica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. Em 29 de abril de 2022, foi aprovada em AGE a cisão parcial da Safra Leasing, com posterior incorporação pelo Banco J. Safra, gerando redução de R\$ 2,8 bilhões nos ativos totais, conforme descrito na nota explicativa nº 2.b. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2022. O funding das operações era

composto basicamente por letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 1,3 bilhão e depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 199 milhões. O patrimônio líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 488 milhões em 31 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece seus clientes pela confiança, preferência e fidelidade e, aos colaboradores, pelo empenho e dedicação que permitiu obter os resultados alcançados.

Diretoria,

São Paulo, 20 de março de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		30.017	23.246	(12.743)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE		30.017	23.246	(12.743)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 2(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	7(a)	48.698	77.184	84.306
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	7(b)	-	(28.772)	(143.290)
RESULTADO BRUTO DA MARGEM FINANCEIRA ANTES DOS RISCOS DE CRÉDITO		48.698	48.412	(58.984)
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO	5(b)	9.096	5.567	(1.167)
Recalculs (Despesas) de provisão para risco de crédito		296	(4.008)	(4.397)
Recalculs de recuperação de créditos baixados como prejuízo		8.800	9.575	3.230
RESULTADO LÍQUIDO DA MARGEM FINANCEIRA APÓS OS RISCOS DE CRÉDITO		57.794	53.979	(60.151)
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES		39	40	53
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	10(a-ii)	(4.816)	(6.735)	(1.630)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		53.017	47.284	(61.728)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.685)	(12.371)	52.547
Despesas de pessoal	8(d)	(865)	(2.022)	(2.211)
Despesas administrativas	8(e)	(631)	(1.483)	(1.498)
Outras receitas/(despesas) operacionais	9(b)	(1.189)	(8.866)	56.256
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		50.332	34.913	(9.181)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(h) e 10(a-i)	(20.315)	(11.667)	(3.562)
Imposto corrente		(7.932)	(10.629)	(13.285)
Imposto diferido		(12.383)	(1.038)	9.723
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		30.017	23.246	(12.743)
LUCRO/(prejuízo) básico e diluído por ação	3(i) e 11	0,21	0,16	(0,09)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTAS 2(b) e 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Acumulado	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		51.864	77.030	86.571
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		50.332	34.913	(9.181)
Resultado operacional antes da tributação		30.017	23.246	(12.743)
Lucro/(Prejuízo) líquido		-	-	-
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-i)	20.315	11.667	3.562
Ajustes ao lucro operacional:		1.532	42.117	95.572
Provisão para risco de crédito	5(b)	(971)	3.333	3.562
Provisões para contingências	9(b)	1.425	9.697	(51.398)
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	7(b)	-	28.772	143.290
Provisão para pagamentos a efetuar	8(b)	1.078	315	278
VARIÁÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(72.181)	(26.202)	(80.560)
APLICAÇÕES LÍQUIDAS	(312.129)	(502.395)	(3.161.395)	
Em ativos financeiros	72.231	(8.733)	(3.213.727)	
Títulos e valores mobiliários	-	(54.579)	(2.799.660)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	72.231	45.846	(414.067)	
Em carteira de crédito	(384.360)	(493.662)	52.332	
CAPTURAÇÕES LÍQUIDAS		246.401	487.149	3.101.852
Em passivos financeiros líquidos	246.401	487.149	3.101.852	
Recursos captados	246.401	487.149	3.105.342	
Obrigações por empréstimos e repasses		-	-	(3.490)
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		1.057	1.012	(4.730)
IMPOSTOS PAGOS		(7.510)	(11.967)	(16.287)
Corrente		(7.606)	(11.457)	(12.546)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	9(b)	96	(510)	(3.741)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(20.317)	50.829	6.011
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(20.317)	50.829	6.011
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		243.349	172.203	166.192
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		223.032	223.032	172.203
Disponibilidades	12(b)	8.352	8.352	6.891
Fundos de investimentos exclusivos	4(a)	214.680	214.680	165.512
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(20.317)	50.829	6.011

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificadas como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas à sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda do bem não de uso (regime de caixa). A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. Além disso, a Safra Leasing considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

d) Investimentos - Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **e) Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2022 e 31.12.2021. **f) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (continua)

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 2(a)

ATIVO	Notas	2022		2021
		31.12.2022	31.12.2021	
EM MILHARES DE REAIS				
Disponibilidades	3(a)	8.352	6.691	
Ativos financeiros	3(b) e 4(a)	582.901	3.235.949	
Títulos e valores mobiliários		214.680	2.821.882	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		368.221	414.067	
Operações de arrendamento mercantil	3(c) e 5(a)	1.400.485	910.156	
Ativos fiscais e contingentes	3(f), 3(h) e 8(a)	188.650	246.339	
Outros ativos	8(b)	1.712	1.597	
Investimentos	3(d)	14	14	
TOTAL DO ATIVO		2.182.114	4.400.746	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022		2021
		31.12.2022	31.12.2021	
PASSIVO		1.694.563	3.935.419	
Passivos financeiros	3(b) e 6	1.455.227	3.722.881	
Passivos fiscais e contingências	3(f), 3(h), e 8(a)	236.195	210.597	
Outros passivos	8(c)	3.141	1.941	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11	487.551	465.327
TOTAL DO PASSIVO		2.182.114	4.400.746	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 11

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	384.205	93.865	-	478.070
Prejuízo líquido no período	-	-	(12.743)	(12.743)
Destinações:				
Reserva especial - Absorção de prejuízo	-	(12.743)	12.743	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	384.205	81.122	-	465.327
Redução de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	(1.000)	-	-	(1.000)
Lucro líquido no período	-	-	23.246	23.246
Destinações:				
Reserva especial	-	23.224	(23.224)	-
Dividendos	-	-	(22)	(22)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	383.205	104.346	-	487.551
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022	383.205	74.351	-	457.556
Lucro líquido no período	-	-	30.017	30.017
Destinações:				
Reserva especial	-	29.995	(29.995)	-
Dividendos	-	-	(22)	(22)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	383.205	104.346	-	487.551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia e/ou Safra Leasing") é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Base de preparação - As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pela Diretoria em 20.03.2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Safra Leasing adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações. Dentre elas, as entidades de arrendamento mercantil devem apresentar suas operações pelo método financeiro, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidas nas Resoluções nº BCB 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. A apresentação no Balanço Patrimonial • Apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. • Valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, calculado utilizando taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não previsto, pela taxa que equaliza o valor do bem arrendado ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos, incluindo o valor residual garantido. II. A apresentação na Demonstração do Resultado. • Resultado líquido de juros - Operações de arrendamento mercantil - A Resolução BCB nº 2/2020 alterou somente a forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, sem modificar a forma de contabilização dessas operações ou os montantes totais do patrimônio líquido e resultado da entidade. • Outros resultados das operações líquidas dos

Safra Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

(continuação)

tes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: representados por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável, e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais pelas quais sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desdobro depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **g) Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33(R1) - Benefícios a empregados, reconhecido através da Resolução CMN nº 4.424/2015, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Safra Leasing não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. **h) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de renda ⁽¹⁾ **Contribuição Social** ⁽²⁾ **PIS** **COFINS** **ISS**
Instituições financeiras 25% 15% - 16% 0,65% 4% Até 5%

⁽¹⁾ Inclui alíquota adicional de 10%. ⁽²⁾ A Medida Provisória 1.115/2022 altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a Companhia de 15% para 16%, sendo que esta alíquota será aplicada no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. Os tributos são reconhecidos na

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - a) Composição da carteira

Aplicações	31.12.2022				31.12.2021				
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo ⁽¹⁾	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 12(b)	368.221	-	368.221	-	368.221	-	414.067	-	414.067
Carteira de títulos - Títulos para negociação	214.680	-	214.680	214.680	-	-	2.821.882	-	2.821.882
Títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	2.656.370	-	2.656.370
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾	214.680	-	214.680	214.680	-	-	165.512	-	165.512
Total em 31.12.2022	582.901	(143.290)	439.611	439.611	368.221	-	3.235.949	-	3.235.949
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 12(b)	3.379.239	-	3.379.239	165.512	414.067	-	2.656.370	-	2.656.370
Carteira de títulos - Títulos para negociação	2.965.172	(143.290)	2.821.882	165.512	-	-	2.656.370	-	2.656.370
Títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro ⁽²⁾	2.799.660	(143.290)	2.656.370	-	-	-	2.656.370	-	2.656.370
Fundos de investimentos exclusivos ⁽³⁾	165.512	-	165.512	165.512	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Nota 7(b). ⁽²⁾ Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) - Nota 12(b), cuja carteira proporcional está distribuída conforme abaixo.

Títulos para negociação	31.12.2022	31.12.2021
Letras Financeiras do Tesouro	214.620	165.464
Outros	60	48
Total	214.680	165.512

Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Safra Leasing não detinha operações de instrumentos financeiros derivativos.

b) Valor justo	31.12.2022 ⁽¹⁾		
	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira de títulos - Títulos para negociação - Fundos de investimentos exclusivos	214.620	60	214.680

⁽¹⁾ Não havia operações classificadas no nível 3.

b) Provisão para risco de crédito e resultado com risco de crédito

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão Mínima Requerida - Resolução CMN nº 2.682/1999	(3.589)	(5.427)
Provisão Adicional	(3.444)	1.419
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2022	(7.033)	(4.008)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2021	(4.397)	815
Provisão Mínima Requerida - Resolução CMN nº 2.682/1999	(3.451)	(953)
Provisão Adicional	-	(3.444)

c) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão

Níveis de risco	31.12.2022							31.12.2021	
	AA	A	B	C	D	F	H	Total	Total
Total da carteira de arrendamento mercantil em 31.12.2022	1.139.154	195.806	32.562	38.000	2.723	18	2.588	1.410.851	917.189
Provisão Mínima Requerida	(1.246)	(1.379)	(519)	(2.106)	(494)	(9)	(2.588)	(8.341)	(3.589)
Provisão Adicional	-	-	(14)	(1.686)	(322)	(3)	(2.025)	(3.444)	-
Total provisão em 31.12.2022	(1.246)	(1.379)	(533)	(3.792)	(816)	(12)	(2.588)	(10.366)	(7.033)
Total da carteira de arrendamento mercantil em 31.12.2021	834.147	40.981	37.142	2.871	327	-	1.721	917.189	917.189
Provisão Mínima Requerida	(853)	(268)	(511)	(162)	(74)	-	(1.721)	(3.589)	-
Provisão Adicional	(2.558)	(138)	(600)	(124)	(24)	-	-	(3.444)	-
Total provisão em 31.12.2021	(3.411)	(406)	(1.111)	(286)	(98)	-	(1.721)	(7.033)	(7.033)

d) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações

Curso Anormal ⁽¹⁾	31.12.2022		31.12.2021	
	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
Total	2.670	(2.280)	4.777	(1.555)
Operações Vencidas:				
De 15 a 30 dias	4	-	3.286	(75)
De 31 a 60 dias	-	-	1.491	(1.480)
De 61 a 90 dias	2.603	(2.226)	-	-
De 91 a 365 dias	63	(54)	-	-
Curso Normal ⁽²⁾	1.408.181	(6.061)	912.412	(2.034)
Parcelas Vencidas - Vencidas até 14 dias	2.684	(19)	568	(4)
Parcelas Vencidas:				
De 01 a 30 dias	37.397	(132)	32.174	(101)
De 31 a 60 dias	40.855	(145)	33.793	(110)
De 61 a 90 dias	37.534	(133)	31.525	(103)
De 91 a 180 dias	117.318	(513)	90.014	(293)
De 181 a 365 dias	254.124	(1.162)	185.666	(429)
Acima de 365 dias	918.269	(3.957)	538.672	(994)
Total	1.410.851	(8.341)	917.189	(3.589)

⁽¹⁾ Curso Anormal - Operações vencidas há mais de 14 dias. ⁽²⁾ Curso Normal - Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (Non Accrual), montam em R\$ 2.666.

e) Distribuição da carteira por ramo de atividade

	31.12.2022	31.12.2021
Sector Privado:		
Serviços	964.929	597.081
Comércio	248.381	189.552
Indústria	147.170	96.491
Pessoas Físicas	1.501	-
Rural	3.759	2.709
Habitação	45.111	41.416
Total	1.410.851	917.189

6. PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2022				31.12.2021			
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos interfinanceiros - Nota 12(b)	99.038	100.388	-	199.426	-	-	-	2.778.434
Recursos de aceites e emissões de títulos - Letras de arrendamento mercantil	161.546	1.086.238	8.017	1.255.801	944.447	-	-	1.944.447
Total em 31.12.2022 ⁽¹⁾	260.584	1.186.626	8.017	1.455.227	3.722.881	-	-	3.722.881
Total em 31.12.2021 ⁽²⁾	2.968.526	725.256	29.099	3.722.881	-	-	-	-

⁽¹⁾ Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI e PRÉ.

7. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS COM OPERAÇÕES

a) Resultado líquido de juros

Operações de arrendamento mercantil - Nota 5	31.12.2022		31.12.2021	
	2º Semestre	Acumulado	2º Semestre	Acumulado
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e ativos financeiros - Notas 4 e 12(b)	91.610	155.790	82.820	82.820
Total das receitas de juros	36.471	126.663	126.597	126.597
Total das despesas de juros	128.081	282.453	209.417	209.417
Operações com passivos financeiros - Notas 6 e 12(b)	(78.511)	(202.922)	(121.895)	(121.895)
Outras receitas e despesas financeiras - Nota 9(b)	(872)	(2.347)	(3.216)	(3.216)
Total das despesas de juros	(79.383)	(205.269)	(125.111)	(125.111)
Resultado líquido de juros	48.698	77.184	84.306	84.306

b) Resultado líquido com instrumentos financeiros - Refere-se a resultado não realizado no montante de R\$ (28.772) (R\$ 143.290) em 31.12.2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas circunstâncias, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

j) Lucro por ação - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Safra Leasing pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Safra Leasing e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **j) Patrimônio líquido** - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio - A distribuição de dividendos aos acionistas da Safra Leasing é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normatizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas - A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. **K) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) créditos tributários e (v) provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferente dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Custo Amortizado	31.12.2022				31.12.2021			
	Ajuste a Valor Justo ⁽¹⁾	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 12(b)	368.221	-	368.221	-	368.221	-	414.067	-
Carteira de títulos - Títulos para negociação	214.680	-	214.680	214.680	-	-	2.821.882	-
Títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	2.656.370	-
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾	214.680	-	214.680	214.680	-	-	165.512	-
Total em 31.12.2022	582.901	(143.290)	439.611	439.611	368.221	-	3.235.949	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 12(b)	3.379.239	-	3.379.239	165.512	414.067	-	2.656.370	-
Carteira de títulos - Títulos para negociação	2.965.172	(143.290)	2.821.882	165.512	-	-	2.656.370	-
Títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro ⁽²⁾	2.799.660	(143.290)	2.656.370	-	-	-	2.656.370	-
Fundos de investimentos exclusivos ⁽³⁾	165.512	-	165.512	165.512	-	-	-	-

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - NOTA 3(c)

a) Composição da carteira de arrendamento financeiro a valor presente

	31.12.2022	31.12.2021
Carteira de crédito	1.410.851	917.189
Operações de arrendamento mercantil	22.570	11.451
Arrendamento a receber	834.380	540.871
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(811.810)	(529.420)
Valores residuais a realizar	855.289	595.116
Valores residuais a balancear	(855.289)	(595.116)
Imobilizado de arrendamento	1.900.600	1.372.699
Bens arrendados	2.549.934	2.070.533
Veículos e afins	827.311	789.180
Máquinas e equipamentos	941.342	784.710
Aeronaves	740.278	445.317
Perdas em arrendamentos a amortizar	36.873	

(continuação)

Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 43.826.833/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tribu-

tos sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos totais da Turmalina totalizaram R\$ 5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022. Deste montante, R\$ 4,9 bilhões eram representados por ativos financeiros. O patrimônio líquido atingiu R\$ 4,7 bilhões em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria.

São Paulo, 20 de março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 2(a)

ATIVO	Notas		31.12.2022		31.12.2021	
EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021			
Disponibilidades		-	806			
Ativos financeiros - Aplicações financeiras	3(c) e 4(a)	4.901.636	4.424.797			
Ativos fiscais e contingentes	3(g) e (h), 6 e 7(b-l)	410.938	455.760			
Outros ativos	5	8.809	9.232			
TOTAL DO ATIVO		5.321.383	4.890.595			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Notas		31.12.2022		31.12.2021	
EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021			
PASSIVO		612.293	574.664			
Passivos fiscais e contingências	3(g) e (h), 6 e 7(b-l)	606.432	570.034			
Outros passivos		5.861	4.430			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	4.709.090	4.316.131			
TOTAL DO PASSIVO		5.321.383	4.890.595			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. ("Companhia"), tem por objeto social a administração de fundos de investimentos, a concessão de avais e fianças para terceiros, a participação no capital de outras sociedades, a realização e intermediação de negócios, representações comerciais por conta própria ou de terceiros, assim como mandataria de terceiros para a prática de atos que se relacionem com o seu objeto social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) **Base de preparação** - As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 20.03.2023 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1). Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. b) **Adoção de novos normativos** - Não há novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, aplicáveis a essa demonstração contábil referente ao período findo em 31.12.2022. c) **Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) **Apuração do resultado** - A apuração do resultado é efetuada pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. b) **Fluxo de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, cotas de fundos de investimento e aplicações em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. c) **Instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificadas de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. d) **Mensuração do valor justo** - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40 (R1). Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretos ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade. e) **Ativos circulantes e não circulantes, exceto ativos financeiros** - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização. Ativos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto a variações monetárias futuras, considerando o prazo das referidas operações. f) **Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros** - O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31.12.2022 e de 31.12.2021, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis. g) **Tributos** - A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei nº 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS são 1,65% e 7,60% na base não cumulativa, respectivamente. As alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as Receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. h) **Ativos e passivos contingentes** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. i) **Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Companhia não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. j) **Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) tributos diferidos e (iii) valor justo de ativos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - a) **Composição da carteira**

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo Amortizado e Valor Justo	Amortizado e Valor Justo	Custo Amortizado e Valor Justo	Amortizado e Valor Justo
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.901.050	586	4.901.636	151.649
Títulos privados - Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	79.901	-	79.901	44.026
Debêntures ⁽¹⁾	587.075	-	587.075	-
Fundos de investimento exclusivo ⁽²⁾⁽³⁾	107.623	-	107.623	107.623
Tesouro Nacional - Títulos públicos	107.662	-	107.662	107.662
Operações compromissadas - Títulos públicos ⁽⁴⁾	-	-	-	-
Outros (1)	(39)	-	(39)	(39)
Títulos públicos - LFT ⁽⁴⁾	4.126.451	586	4.127.037	-
Total em 31.12.2022	4.901.050	586	4.901.636	151.649
Total em 31.12.2021	4.423.411	1.386	4.424.797	100.350

(1) Classificados como Nível 2 - Nota 3(d). (2) Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo J. Safra. (3) Operações com partes relacionadas - Nota 9(b). (4) Classificados como Nível 1 - Nota 3(d). Durante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos.

b) Resultado Financeiro	2022		2021	
Resultado com ativos financeiros		574.987	266.683	
Resultado realizado com ativos financeiros		19.703	(332.060)	
Resultado não realizado com ativos financeiros		(800)	(34.240)	
Custos da obrigação fiscal e previdenciária - PERT - nota 7(b.I)		(38.320)	(14.294)	
Outras receitas e despesas financeiras		(20.667)	(13.288)	
Total		534.903	(127.199)	

c) **Análise de sensibilidade** - A Administração gerencia continuamente os negócios do Grupo e sua exposição aos riscos de mercado através de Comitê específico, observando os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, e em conformidade com as melhores práticas de mercado. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades e a totalidade das exposições expostas, a análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados. Estes cenários são considerados com base na deterioração em fatores de risco e estando em conformidade ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para os instrumentos financeiros derivativos e as demais exposições que podem sofrer impactos relevantes sobre o resultado. No período findo em 31.12.2022, os testes calculados não apresentaram valores relevantes de risco.

5. GESTÃO DE RECURSOS ADMINISTRADOS - A Turmalina é responsável por exercer a atividade de gestão de fundos, conforme abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos Administrados	20.430.661	19.257.300
Fundos de aplicações em cotas	17.378.957	16.822.340
Total	37.809.618	36.079.640

Os valores a receber de taxa de gestão estão registrados em "Outros Ativos" no montante de R\$ 6.747 (R\$ 8.220 em 31.12.2021). As receitas com taxas de administração no montante de R\$ 75.968 (R\$ 128.191 em 31.12.2021), apresentadas líquidas dos efeitos fiscais, estão registradas na rubrica "Resultado de gestão de fundos de investimento".

6. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) **Ativos Contingentes** - Em 31.12.2022, possui registrado o montante de R\$ 279.712 (R\$ 279.712 em 31.12.2021), relativo ao "Pedido de Habilitação de Crédito Tributário - PIS/COFINS" da Companhia, em razão da ação na qual foi reconhecida a inconstitucionalidade do parágrafo 1º, artigo 3º, da Lei nº 9.718/98, cujo trânsito em julgado foi desconstituído. O montante está integralmente provisionado até que seja reestabelecido o trânsito em julgado da ação. b) **Passivos contingentes** - Totaliza R\$ 110.681 (R\$ 128.930 em 31.12.2021), compostos substancialmente por contingências fiscais e apresentados na rubrica "Passivos fiscais e contingências". As principais ações relativas às contingências fiscais são: discussão sobre a incidência de PIS e COFINS sobre a receita de JCP, no montante de R\$ 99.888 (R\$ 99.888 em 31.12.2021), IRPJ e CSLL - Trava de Compensação de Prejuízo Fiscal, na qual defendemos a compensação de prejuízo fiscal integral no caso de extinção da empresa, no montante de R\$ 7.908 (R\$ 7.908 em 31.12.2021) e dedutibilidade da despesa de debêntures nas bases de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 18.446 em 31.12.2021, liquidado pelo montante de R\$ 26.969 em 2022. Os depósitos fiscais vinculados às contingências estão registrados no ativo em "Ativos fiscais e contingentes" no montante de R\$ 108.949 (R\$ 108.949 em 31.12.2021). As Outras Receitas e Despesas Operacionais montam em R\$ (9.100) (R\$ 1.241 em 31.12.2021) são representadas substancialmente por provisão para contingências fiscais. Em 2021, representado por habilitação do crédito Selic no montante de R\$ 1.145.

7. TRIBUTOS - a) **Composição das despesas com impostos e contribuições** - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social.

	2022	2021
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	593.693	(5.390)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(g)	(201.856)	1.833
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis e outros	1.122	331
Imposto de renda e contribuição social do período	(200.734)	2.164

b) **Ativos e Passivos Fiscais e contingentes** - I. Composição

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos fiscais e contingentes	410.938	455.760
Contingentes - Devedores por depósito em garantia de contingências - Nota 6	109.009	109.009
Fiscais	108.948	108.948
Trabalhistas	61	61
Fiscais	301.929	346.751
Correntes - Impostos e contribuições a compensar	101.159	83.443
Diferidos - Créditos tributários - Nota 7(b.II)	200.770	263.308
Passivos fiscais e provisão para contingências	606.432	570.034
Provisão para contingências - Nota 6	110.681	128.931
Fiscais	495.751	441.103
Correntes	492.677	438.246
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	78.714	-
Impostos e contribuições a recolher	3.713	2.884
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	410.250	435.362
Diferidos - Obrigações fiscais - Nota 7(b.III)	3.074	2.857

II. Origem dos tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01.01.2022	Constituição/ (Reversão)	Saldo em 31.12.2022
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias - Provisões para contingências (ativas/passivas) - Nota 6	134.900	(3.381)	131.519
Provisão fiscal e base negativa de contribuição social	128.408	(59.157)	69.251
Total dos créditos tributários em 31.12.2022	263.308	(62.538)	200.770
Total dos créditos tributários em 31.12.2021	266.127	(2.819)	263.308

III. Obrigações fiscais diferidas - Totaliza R\$ 3.074 (R\$ 2.857 em 31.12.2021) e está representado substancialmente por atualização de depósitos judiciais no montante de R\$ 2.857 (R\$ 2.857 em 31.12.2021). IV. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Exercício de realização	Tributos diferidos sobre diferenças temporárias Nota 7(b-l)		Prejuízo fiscal e base negativa		Tributos diferidos líquidos		Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Total	Valor Presente ⁽¹⁾	2022	2021
2023	209	69.251	69.460	(680)	68.780					
2024	95.311	-	95.311	(680)	94.631					
2025	35.017	-	35.017	(571)	34.446					
2026	200	-	200	(571)	(371)					
2027	198	-	198	(572)	(374)					
2028 a 2032	584	-	584	-	584					
Total	131.519	69.251	200.770	(3.074)	197.696					
Valor Presente⁽¹⁾	116.899	65.753	182.652	(2.650)	180.002					

(1) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) **Ações** - O capital social é composto por 1.920.582.742 (1.920.582.742 em 31.12.2021) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 10.340.502 ações ordinárias, são constituídas pelas classes: a) 2.895.340 ações ordinárias classe "A"; b) 2.895.340 ações ordinárias classe "D"; c) 2.895.340 ações ordinárias classe "J"; e d) 1.654.482 ações ordinárias classe "E". O controle societário da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. é exercido pela Sercom Comércio e Serviços Ltda. Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações, após absorção dos prejuízos acumulados.

9. PARTES RELACIONADAS - a) **Remuneração da administração** - Em Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2022, foi estabelecido o valor global anual de remuneração para os administradores no montante de R\$ 5.000 (R\$ 10.000 em 2021). A remuneração recebida pela Administração montou a R\$ (2.714) (R\$ (2.761) em 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) **Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Disponibilidades - Banco Safra S.A.	-	806	-	-
Ativos financeiros - Banco Safra S.A.	251	-	75	-
Valores a receber/(pagar) - J. Safra Asset Management Ltda.	22	(16)	-	-
Despesas administrativas - Aluguel - Exton Participações Sociedade Unipessoal Limitada	-	-	(53)	(16)

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 4.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) **Gestão de riscos** - A Companhia, através de seu controlador Banco Safra, realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Resolução BCB nº 54/2020 do BACEN.

Diretoria

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		392.959	(3.226)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		392.959	(3.226)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continuação)

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da J. Safra Holding S.A. relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restrito na maior parte de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos da J. Safra Holding S.A. – Consolidado totalizaram R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2022, representados substancialmente por ativos financeiros de R\$ 426 milhões, ativos imobiliários de R\$ 545 milhões e ativos do agronegócio de R\$ 107 milhões. Em 2022, o resultado líquido das operações foi de R\$ 336 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 244 milhões, resultando em uma rentabilidade média anualizada de 23,5%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2022.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 07 de março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 2(a)

ATIVO	Notas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
EM MILHARES DE REAIS					
Caixa e equivalentes de caixa	3(b)	-	1	541	234
Aplicações financeiras	3(c) e 4(a)	128.949	527	426.303	213.677
Ativos do agronegócio	3(d) e 5	-	-	106.516	83.161
Estoques	-	-	-	23.318	10.036
Ativos biológicos	-	-	-	83.198	73.125
Ativos imobiliários mantidos para venda	3(e) e 6(a)	-	-	104.107	99.260
Ativos fiscais e Contingentes	7(a)	2.455	98	19.976	19.128
Outros ativos	7(b)	-	-	286.944	203.560
Investimentos	1.026.293	910.910	-	443.020	520.860
Participações	3(f)-l)	1.026.293	910.910	2.103	-
Em controladas e coligadas	8	1.026.293	910.910	-	-
Em empreendimento controlado em conjunto	3(f-l)	-	-	2.103	-
Ativos imobiliários mantidos para venda	3(f-ii) e 6(b)	-	-	440.917	520.860
Imobilizado	3(i) e 9	-	-	56.814	27.711
TOTAL DO ATIVO		1.157.697	911.536	1.444.221	1.167.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

PASSIVO	Notas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
EM MILHARES DE REAIS					
Obrigações financeiras	3(c) e 4(b)	-	-	55.840	22.357
Passivos fiscais e Contingências	3(i) e 7(a)	423	238	53.475	57.393
Outros passivos	7(b) e 11(b)	6.612	4.664	184.244	181.207
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.150.662	906.634	1.150.662	906.634
Capital social	-	570.758	570.758	570.758	570.758
Reserva de lucros	-	579.904	335.876	579.904	335.876
TOTAL DO PASSIVO		1.157.697	911.536	1.444.221	1.167.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 10

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	570.758	146.862	-	717.620
Lucro líquido do período	-	-	189.194	189.194
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	9.460	(9.460)	-
Reserva especial	-	179.554	(179.554)	-
Dividendos	-	-	(180)	(180)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	570.758	335.876	-	906.634
Lucro líquido do período	-	-	244.260	244.260
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	12.213	(12.213)	-
Reserva especial	-	231.815	(231.815)	-
Dividendos	-	-	(232)	(232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	570.758	579.904	-	1.150.662

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL** - A J. Safra Holding S.A. ("Companhia"), na qualidade de sócia, acionista ou quotista, tem por objeto social a participação em outras sociedades, que exercem, em sua maioria, atividades relacionadas a operações imobiliárias, agronegócio, telecomunicações e gestão de investimento.

2. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - a) **Base de preparação** - As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 07.03.2023 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1). Nas notas explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. Apresentação dos impostos pagos como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. b) **Adoção de novos normativos** - Não há novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, aplicáveis a essas demonstrações contábeis referente ao período findo em 31.12.2022. c) **Base de consolidação** - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas, que compreendem a J. Safra Holding e suas controladas diretas - Nota 8 e indiretas. Desta forma, o saldo das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação, foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. Em julho/2022, as participações societárias detidas nas empresas J. Safra Assessoria Financeira Sociedade Unipessoal Ltda. e Canárias Locadora Sociedade Unipessoal Ltda., controladas indiretas da Companhia, foram alienadas para uma parte relacionada pelo seu valor patrimonial de R\$ 22.629 e R\$ 53.636, respectivamente - Nota 11(b). d) **Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - a) **Auração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. b) **Fluxo de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado ímportante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. c) **Instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. d) **Ativos do agronegócio** - I. **Estoques** - Os estoques são compostos, substancialmente, por insumos agropecuários utilizados no plantio e nos processos de cria, recria e engorda do rebanho bovino, e são demonstrados pelo menor entre o custo ou o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. II. **Ativos biológicos** - São compostos substancialmente pelo rebanho de gado bovino e reprodutor, sendo, matrizes utilizadas no processo de recria, e gado em fase de cria e engorda, o qual é vendido para abate; e produtos agrícolas, sendo, soja, milho e gergelim. O custo do rebanho de gado bovino é determinado pelo seu custo de formação, compostos basicamente por insumos e depreciação, acrescidos dos nascimentos. Já o custo do rebanho de gado reprodutor é ajustado pela depreciação, calculada pelo método linear, com taxas anuais aplicadas, em 14,28% para matrizes e 20,00% para touros. Os ativos biológicos (rebanho de gado bovino e reprodutor) são mensurados a valor justo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo registrados no resultado do período na rubrica "Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos". e) **Ativos imobiliários mantidos para venda** - Os ativos imobiliários mantidos para venda são reconhecidos de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e referem-se a imóveis. Desta forma, a Companhia mensura tais ativos pelo menor entre o valor contábil e o valor justo dos ativos menos as despesas de venda, reconhecendo uma perda por redução do valor recuperável (impairment) quando o valor contábil do ativo excede seu valor justo. f) **Investimentos** - I. Participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto. Os investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A empresa Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada direta), possui participação de 35% na empresa CBR067 Empreendimentos Imobiliários Ltda., exercendo controle conjunto (joint venture) com outros investidores parte não relacionada. O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme estabelecido pelo CPC 18, Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. II. Ativos imobiliários mantidos para venda - Propriedades para investimento - As propriedades para investimento são contabilizadas de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento e estão representadas substancialmente por imóveis. De acordo com a norma, é opção da Companhia adotar como política contábil a mensuração de propriedades para investimento pelo método do custo ou do valor justo, aplicando a todas as suas propriedades para investimento. A companhia adota como política a mensuração de suas propriedades para investimento pelo método do custo, líquido de depreciação calculada com base nos mesmos critérios aplicados ao imobilizado de uso de mesma natureza e sujeito à análise de perda por redução do valor recuperável desses bens (impairment). O valor justo desses ativos classificados como propriedade para investimento foi determinado e está apresentado na Nota 6(b). c) **Contrato de comissão** - Os bens objeto dos contratos de comissão com cláusula mandato são mantidos pela entidade em nome próprio, mas em benefício e por conta e ordem dos mandatários. Tais bens correspondem substancialmente: a aeronave, helicópteros, embarcações e condomínios, e são contabilizados, a custo, na rubrica "Outros ativos" em contrapartida a rubrica "Outros passivos", representativa da obrigação da entidade perante os mandatários - Nota 7(b). h) **Mensuração do valor justo** - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros. Evidenciando: O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretamente ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade. O valor justo dos ativos biológicos é determinado com base nos preços cotados nos mercados ativos, no caso de criação são observadas as classificações de idade, raça e qualidades genéticas similares e, no caso de plantações, o valor presente da expectativa de fluxo de caixa futuros. O valor justo dos ativos imobiliários é obtido através de laudo de avaliação, interna ou de terceiros, conforme o caso. São consideradas as condições de mercado de cada localidade, tais como velocidade de venda, quantidade de ofertas, valor de vendas efetivas, etc. i) **Ativos circulantes e não circulantes, exceto ativos financeiros** - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização. Ativos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto a variações monetárias futuras, considerando o prazo das referidas operações. j) **Imobilizado** - São reconhecidos pelos seus valores de custo, líquidos das depreciações e amortizações, respectivamente, e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos imobilizados são bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade e que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: (i) edificações 4%; (ii) móveis e utensílios 10%; (iii) processamento de dados, sistemas de segurança e transporte 20%. k) **Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros** - O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos estabelecida a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. l) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações, fiscais e previdenciárias** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são passivos ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar

a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias**: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. m) **Tributos** - Impostos Correntes - apurados de acordo com o regime de tributação da Companhia e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Impostos diferidos - representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Impostos diferidos - São alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base cumulativa são de 0,65% e 3,00%, e na base não cumulativa são de 1,65% e 7,60%, sendo que a alíquota das Receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. A alíquota de ISS varia de acordo com a prestação de serviços, podendo chegar a 5%. Os impostos diferidos são apresentados na Receita Líquida das áreas de negócio e Resultado financeiro. n) **Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Companhia não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. o) **Lucro por ações** - O lucro por ações básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ações diluído não difere do lucro por taxa básica, pois não há ações com potencial efeito diluidor. p) **Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, imobiliários e biológicos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) realização dos créditos tributários; e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES E OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - a) Aplicações financeiras

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
CONSOLIDADO				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Certificado de Depósito Bancário ⁽¹⁾	393.469	5.736	387.733	194.248
Venda futura - Termo - Nota 4(c)	32.834	25.918	6.916	19.249
Total em 31.12.2022⁽²⁾	426.303	31.654	394.649	213.677
Total em 31.12.2021⁽²⁾	213.677	23.059	190.618	-

⁽¹⁾ Inclui operações com partes relacionadas - Notas 4(d) e 11(b). No individual, totaliza R\$ 128.949 (R\$ 527 em 31.12.2021), com vencimento de 91 a 365 dias - Nota 11(b). ⁽²⁾ Nível II - Nota 3(h). Diante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos. b) **Obrigações financeiras**

	31.12.2022		31.12.2021	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 366 a 540 dias	Acima de 540 dias
CONSOLIDADO				
Empréstimos - Taxa 5,3 a 7,5% a.a. ⁽¹⁾	-	3.585	652	5.911
Venda futura - Termo - Nota 4(c)	-	25.918	6.916	-
Total em 31.12.2022	25.918	10.501	652	5.911
Total em 31.12.2021	19.249	490	1.070	1.548

O efeito no resultado foi de R\$ (962) (R\$ (223) em 2021), e está registrado na rubrica "Resultado financeiro" - Nota 4(d). c) **Contrato de compra e venda futura de produtos agrícolas** - A Companhia efetuou contratos de compra e venda a preço fixo no valor de R\$ 32.834 (R\$ 19.249 em 31.12.2021). Os contratos foram firmados no ano de 2022, com vencimento em 2023, e estão registrados em Aplicações financeiras - Nota 4(a) e Obrigações financeiras - Nota 4(b). O resultado está apurado no primeiro semestre de 2023, quando houver a realização do objeto do contrato com entrega física dos produtos agrícolas. Estes contratos não têm características de instrumentos financeiros derivativos. d) **Resultado financeiro**

	2022		2021	
	Receita com ativos financeiros, líquida de impostos diretos - Notas 3(i) e 11(b)	35.924	5.262	-
CONSOLIDADO				
Atualização líquida sobre ativos e passivos imobiliários	-	3.496	970	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Nota 4(b)	-	(962)	(223)	-
Atualização de contingências, depósito judicial e outras - Nota 7(a)	-	(630)	(316)	-
Total		37.828	5.969	-

⁽¹⁾ No Individual, composto substancialmente por receita de aplicações financeiras com partes relacionadas no valor de R\$ 11.163 (R\$ 163 em 2021) - Nota 11(b).

5. ATIVOS DO AGRONEGÓCIO - a) Composição de saldo - Notas 3(d) e (h)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Quantidades de gados ⁽¹⁾	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor Justo	Quantidades de gados ⁽¹⁾	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor Justo
CONSOLIDADO								
Estoques	23.569	23.318	-	23.318	-	-	-	10.036
Ativos biológicos	23.569	59.502	23.696	83.198	24.511	-	-	73.125
Rebanho de gado bovino	13.801	17.036	7.193	24.229	13.482	26.093	-	26.093
Rebanho de gado reprodutor	9.768	8.686	16.503	25.189	11.029	31.157	-	31.157
Produtos agrícolas	-	33.780	-	33.780	-	-	-	15.875
Total em 31.12.2022	23.569	82.820	23.696	106.516	24.511	83.161	-	83.161
Total em 31.12.2021	24.511	48.280	34.881	83.161	-	-	-	-

⁽¹⁾ Deste montante, 12.390 (13.392 em 2021) estão classificados no Ativo Circulante, sendo 2.619 (2.363 em 31.12.2021) se refere à rebanho de gado bovino e 9.771 (11.029 em 31.12.2021) rebanho de gado reprodutor, com idade superior a 24 meses e 11.182 (11.119 em 2021) estão classificados no Ativo Não Circulante, sendo composto por rebanho de gado bovino.

b) Movimentação dos ativos biológicos

	01.01. a 31.12.2022				01.01. a 31.12.2021			
	Quantidade de gados	Gado bovino	Gado reprodutor	Produtos agrícolas	Quantidade de gados	Gado bovino	Gado reprodutor	Produtos agrícolas
CONSOLIDADO								
Saldo no início do período	24.511	26.093	31.157	57.250	15.875	73.125	-	67.220
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos - Nota 5(c)	-	(5.202)	(5.984)	(11.186)	-	(11.186)	-	(2.336)
Transferências de categoria	-	(1.951)	1.951	-	-	-	-	-
Custo de formação ⁽¹⁾	7.092	11.886	-	11.886	49.077	60.963	-	35.159
Estoque inicial	-	7.549	-	7.549	49.077	56.626	-	

(continuação)

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

vinculadas a contingências fiscais. ⁽²⁾ Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e os depósito em garantia, as contingências e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante. ⁽³⁾ Representado substancialmente por processos administrativos fiscais, que discutem o indeferimento de pedido de compensação no montante de R\$ 19.536 (R\$ 18.750 em 31.12.2021) e contribuição previdenciária no montante de R\$ 4.776 (R\$ 6.106 em 31.12.2021). As movimentações refletidas em resultado montam R\$ (862) (R\$ (8.955) em 2021) e estão registradas na rubrica "Outras receitas/ (despesas) operacionais". ⁽⁴⁾ Representado substancialmente por imposto diferido relativo à ajuste ao valor justo de ativos biológicos - Nota 5(a). O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R\$ 15.879 (R\$ 13.920 em 31.12.2021). Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como perda possível. **b) Outros ativos e passivos**

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CONSOLIDADO				
Mandato/Contrato de comissão - Notas 3(g) e 11(b)	139.914	148.258	141.825	139.313
Bens ⁽¹⁾	135.478	135.478	137.519	137.558
Valores a receber/(pagar)	4.436	12.780	4.306	1.755
Contas a pagar	-	32.155	-	34.814
Devedores/Credores por compras/ vendas a prazo	88.421	2.421	59.143	5.433
Imóveis - Nota 6(b)	88.017	2.421	57.015	5.433
Agroregócio - Nota 5(c)	404	-	2.128	-
Direitos creditórios ⁽²⁾	54.675	-	-	-
Outros - Notas 11(b) e 12 ⁽³⁾	3.934	1.410	2.592	1.647
Total ⁽⁴⁾	286.944	184.244	203.560	181.207

⁽¹⁾ Contratos realizados com o controlador, representados substancialmente por bens imóveis e móveis. ⁽²⁾ Em 2022, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$ 73.125, uma carteira de créditos in-

8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	31.12.2022						Participações - 100%	Lucro Líquido no período
	Movimentos							
	Com recursos financeiros			Participações - 100%				
Valor contábil no início do período	Adiant. para aumento de capital - AFAC	Aumento de Capital	Redução de Capital	Dividendos	Resultado de Equivalência no período	Outros eventos ⁽²⁾	Valor contábil no final do período	Patrimônio Líquido
INDIVIDUAL								
Tehama Participações Sociedade Unipessoal Ltda. ^{(1) (3)}	58.971	99.000	108.000	(105.000)	(34.905)	53.273	179.339	179.339
Fremont Participações Ltda.	364.996	-	6.500	(5.000)	-	2.103	368.599	368.599
Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. ⁽¹⁾	217.179	-	-	-	(155.720)	132.488	193.947	193.947
Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. ^{(1) (2)}	79.455	-	21.700	-	-	16.445	(40.932)	76.668
Agropecuária Potrilho Sociedade Unipessoal Ltda. ^{(1) (2)}	16.927	-	-	(2.700)	-	6.424	2.279	22.930
Grão da Fazenda Ltda. ⁽²⁾	-	20.000	-	-	-	1.637	38.653	60.290
J Safra Participações Sociedade Unipessoal Ltda. ⁽¹⁾	173.382	-	-	-	(85.035)	36.173	124.520	135.268
Saldo de 01.01 a 31.12.2022	910.910	119.000	136.200	(110.000)	(278.360)	248.543	-1.026.293	1.021.737
Saldo de 01.01 a 31.12.2021	721.320	4.000	74.757	(27.146)	(58.587)	196.566	-	932.354

⁽¹⁾ Inclui os ajustes de critérios nos investimentos das suas controladas em função do reconhecimento do ajuste ao valor justo de ativos biológicos e "impairment". ⁽²⁾ No período, houve redução de capital na empresa Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. no valor de R\$ (40.932) e aumento de capital com entrega de bens móveis nas controladas Agropecuária Potrilho Sociedade Unipessoal Ltda e Grão da Fazenda Ltda. nos valores de R\$ 2.279 e R\$ 38.653, respectivamente. ⁽³⁾ Em dezembro/2022, a J. Safra Telecomunicações Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada indireta da Companhia) vendeu a totalidade da participação detida na On Telecom Sociedade Unipessoal Ltda. pelo montante de R\$ 12.000, que deverá ser pago em parcelas, nos termos do contrato. No período, o efeito líquido no resultado foi de R\$ 3.959, e está registrado no individual no resultado de equivalência patrimonial e no consolidado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

9. IMOBILIZADO - a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Custo amortizado	Depreciações acumuladas	Líquido	Custo amortizado	Depreciações acumuladas	Líquido
CONSOLIDADO						
Agroregócio	84.574	(28.905)	55.669	53.823	(29.853)	23.970
Outros	5.933	(4.788)	1.145	9.169	(5.428)	3.741
Total	90.507	(33.693)	56.814	62.992	(35.281)	27.711

dimplentes de uma parte relacionada - Nota 11(b). ⁽³⁾ Em dezembro/2022, a Tehama (sociedade controlada pela Companhia) se comprometeu a adquirir a empresa de tecnologia Saurus Software Ltda em março de 2023, pelo valor de R\$ 16.000, a ser pago em parcelas conforme cronograma previsto no contrato O pagamento inicial de R\$ 1.500 foi realizado em dezembro/2022 e está registrado na rubrica "Outros ativos". ⁽⁴⁾ Operações classificadas no Ativo e Passivo Circulantes.

c) Rendas de prestação de serviços

	2022	2021
CONSOLIDADO		
Renda bruta	128.896	173.247
Receitas de gestão de recursos financeiros	93.100	158.810
Receitas de comissões e corretagens de seguros - Nota 11(b)	28.775	-
Receitas com telecomunicações - Notas 9(b) e 11(b)	6.131	14.138
Demais	890	299
Dedução de impostos diretos - PIS/COFINS e ISS - Nota 3(m)	(13.864)	(14.317)
Total	115.032	158.930

d) Despesas administrativas

	2022	2021
CONSOLIDADO		
Despesas com pessoal - Nota 11(a)	(68.981)	(56.469)
Instalações e alugueis	(2.433)	(2.316)
Depreciações e amortizações - Nota 9(b)	(1.621)	(8.780)
Serviços de terceiros	(3.732)	(1.824)
Processamento de dados e telecomunicações	(1.461)	(2.648)
Outras - Nota 11(b)	(5.121)	(1.971)
Total ⁽¹⁾	(83.349)	(74.008)

⁽¹⁾ No Individual, totaliza R\$ (14.957) (R\$ (7.522) em 2021) e está composto substancialmente por despesas de pessoal no valor de R\$ (12.236) (R\$ (7.315) em 2021) e serviços de terceiros no valor de R\$ (2.705) (R\$ (198) em 2021).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O capital social está representado por 100.000 (100.000 em 31.12.2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, compostas e distribuídas por classes, sendo 28.000 na classe A, 28.000 na classe D, 28.000 na classe J e 16.000 na classe E. O controle societário da J. Safra Holding S.A. é exercido em conjunto por Vicky Safra, Jarrocks Holdings Limited, Alberto Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan. **b) Dividendos** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido, após as destinações legais. O valor apurado e registrado na rubrica "Sociais e estatutárias", correspondente as ações, foi de R\$ 232 (R\$ 180 em 2021) - Notas 7(b) e 11(b). No período, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios de anos anteriores no montante de R\$ 541, em contrapartida da rubrica "Sociais e estatutárias" - Nota 11(b).

c) Reserva de lucros

	2022	2021
Reservas de lucros		
Legal	579.904	335.876
Especial ⁽¹⁾	31.013	18.800
	548.891	317.076

⁽¹⁾ Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

11. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da administração - Em Atos Societários em 2022, foi estabelecido o valor máximo anual global de remuneração para os Administradores no montante de R\$ 3.000 (R\$ 2.000 em 2021), no Individual e R\$ 29.650 (R\$ 14.000 em 2021), no Consolidado. A remuneração recebida pela Administração monta a R\$ (1.811) (R\$ (277) em 2021), no Individual e R\$ (10.448) (R\$ (6.639) em 2021), no Consolidado. A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
CONSOLIDADO				
Disponibilidades	264	36	-	-
Aplicações financeiras - Certificado de depósito bancário - Banco Safra - Nota 4(a) ⁽¹⁾	393.469	185.396	36.530	5.134
Outros ativos - Nota 7(b)	139.920	142.284	-	-
Mandato/Contrato comissão - Controlador	139.914	141.825	-	-
Outros - Valores a receber	6	459	-	-
Obrigações financeiras - Banco Safra S.A. - Nota 4(b)	-	-	-	(52)
Outros passivos - Nota 7(b)	149.377	140.690	-	-
Mandato/Contrato comissão - Controlador	148.258	139.313	-	-
Outros	1.119	1.377	-	-
Sociais e estatutárias - Controlador ⁽²⁾	1.055	1.364	-	-
Valores a pagar - Banco Safra S.A.	64	13	-	-
Receita com alugueis - Nota 6(c)	-	-	143.720	125.435
Banco Safra S.A.	-	-	135.641	116.222
Banco J. Safra S.A.	-	-	7.039	6.702
Demais empresas	-	-	1.040	2.511
Receita de prestação de serviços - Nota 7(c)	-	-	28.775	21.231
Comissões e corretagens de seguros	-	-	28.775	-
Safra Vida e Previdência S.A.	-	-	26.970	-
Safra Seguros Gerais S.A.	-	-	1.805	-
Telecomunicações - Banco Safra S.A.	-	-	-	21.231
Despesas administrativas - Banco J. Safra S.A. - Nota 7(d)	-	-	(1.477)	-

⁽¹⁾ No Individual, totaliza R\$ 128.949 (R\$ 527 em 31.12.2021), com efeito no resultado no montante de R\$ 11.163 (R\$ 163 em 2021) - Nota 4(a) e (d). ⁽²⁾ No Individual, totaliza R\$ 1.055 (R\$ 1.364 em 31.12.2021) - Nota 10(b). No período, ocorreram outras transações entre partes relacionadas mencionadas nas Notas 2(c) e 7(b).

Diretoria

Ivan Siqueira Marinho Junior - Contador - CRC nº 1SP292690/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da J. Safra Holding S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J. Safra Holding S.A. ("Entidade") e controladas ("Consolidado"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J. Safra Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor. - A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relató-

rio da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2023

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5